



RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS NOS TERMOS DO TRATADO DE LISBOA

RELATÓRIO ANUAL
2014-2015



Parlamento Europeu

PT

PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



751 MEPs



Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da UE, no Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamntos nacionais, quer perante os seus cidadãos.



Os Parlamntos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União...



... sendo informados pelas instituições da UE e notificados dos projetos legislativos da UE.



... garantindo o respeito pelo princípio da subsidiariedade.



... participando nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e sendo associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust.



... participando nos processos de revisão dos Tratados da UE.



... sendo informados dos pedidos de adesão à UE.



... participando na cooperação interparlamentar entre os Parlamntos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamntos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



Uma conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União pode submeter ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os Parlamntos nacionais e o Parlamento Europeu.

Relatório anual de 2014/2015

**Relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais
ao abrigo do Tratado de Lisboa**

Este relatório é uma publicação da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, que faz parte da Direção-Geral da Presidência do Parlamento Europeu.

Diretora: Christine Verger, christine.verger@ep.europa.eu

Chefe de Unidade, Cooperação Institucional: Pekka Nurminen,
pekka.nurminen@ep.europa.eu

Chefe de Unidade, Diálogo Legislativo: Patrizia Maria Prode, patrizia.prode@ep.europa.eu

Manuscrito concluído por: Michael Alfons, michael.alfons@ep.europa.eu

Documento concluído a 29 de abril de 2016.

relnatparl@ep.europa.eu

www.europarl.europa.eu/relnatparl

Fotografia da capa: Sessão de abertura da «Semana Parlamentar Europeia» 2015, Parlamento Europeu, Bruxelas, 3 de fevereiro de 2015.

Todas as fotografias e ilustrações (c) União Europeia, 2016.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais presta aconselhamento aos órgãos políticos, deputados e secretariado do Parlamento Europeu na cooperação institucional e diálogo legislativo que desenvolvem com os parlamentos nacionais. Presta ainda apoio às atividades interparlamentares, contribui para a aplicação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar no PE e presta assessoria ao longo de todo o ciclo legislativo e no exercício de outras competências políticas do PE.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais funciona como um centro de conhecimentos para informação sobre os parlamentos nacionais e fornece informações à administração do PE sobre boas práticas nos parlamentos nacionais, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais em Bruxelas e mantém estreitas ligações com as respetivas administrações.

RELATÓRIO ANUAL de 2014/2015

ÍNDICE

Prefácio dos vice-presidentes do PE responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais	4
1. Introdução	7
2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar	7
2.1. As eleições europeias, o novo Parlamento Europeu e a nova Comissão	7
2.2. Cooperação interparlamentar em matéria de governação económica	8
2.3. Cooperação interparlamentar sobre política externa e de segurança	12
2.4. Os parlamentos nacionais no contexto europeu	13
3. Cooperação parlamentar institucional	16
3.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)	16
3.2. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE	19
4. Reuniões interparlamentares	21
4.1. Reuniões interparlamentares - intercâmbios mais específicos entre peritos	21
4.2. Visitas bilaterais – um formato flexível e eficiente	23
4.3. Videoconferência	23
5. O mecanismo de alerta precoce e o diálogo político informal	25
6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede	27
6.1. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)	27
6.2. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	28
6.3. Outros instrumentos	30
ANEXOS	32
ANEXO I - Reuniões da COSAC - Temas e principais oradores	32
ANEXO II - Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas	36
ANEXO III - Visitas dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu	38
ANEXO IV - Dados sobre o mecanismo de alerta precoce	42
ANEXO V - Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	44

Prefácio dos vice-presidentes do PE responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais

Este é o quarto relatório anual que a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu publica sobre os acontecimentos ocorridos no âmbito das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa. Embora o último relatório anual de 2013/2014 referisse alguns dos acontecimentos ocorridos no início de 2014, não foi publicado nenhum relatório específico para esse ano, devido às eleições europeias. O presente relatório faz uma retrospectiva dos restantes acontecimentos de 2014 e de todo o ano de 2015 e destaca as tendências atuais em matéria de cooperação interparlamentar.

A cooperação interparlamentar não se realiza num vazio, é antes moldada pela atualidade política. Nos últimos dois anos, a União Europeia enfrentou - e continua a enfrentar - numerosos desafios. A migração, a crise económica e financeira, o terrorismo, o desemprego jovem, as guerras e a instabilidade em regiões vizinhas, bem como as alterações climáticas, têm-nos mostrado o quão interligados e interdependentes se tornaram os nossos países e o quão difícil ainda é, por vezes, encontrar respostas comuns para estes desafios.

Estes desafios dominaram muitos debates interparlamentares durante os dois últimos anos. O Parlamento Europeu considera que estes intercâmbios constituem «pontos de ligação» entre as políticas da UE e as políticas nacionais, sendo benéficos para ambas as partes. Como se afirma na resolução do Parlamento Europeu de 16 de abril de 2014 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, «estas reuniões têm a função fundamental de permitir que os parlamentos nacionais tenham em conta, nos debates nacionais, a perspetiva europeia, e que o Parlamento Europeu tenha em conta, nos debates europeus, as perspetivas nacionais.»

Na sua resolução de 2014, o Parlamento Europeu salienta que a cooperação interparlamentar tem por objetivo «promover o intercâmbio de informações e boas práticas entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, com o objetivo de reforçar o controlo, o contributo e o exame dos parlamentos a todos os níveis, sem prejuízo das respetivas competências», bem como «assegurar que os parlamentos exerçam plenamente as suas competências em relação a questões da UE», e «promover a emergência de uma cultura parlamentar e política verdadeiramente europeia.»

Atualmente, essa cooperação assume formas muito diversas, nomeadamente: conferências e reuniões, visitas e videoconferências, redes em linha e bases de dados. À semelhança dos anos anteriores, em 2014 e 2015, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais trabalhou incansavelmente para assegurar que os membros e os funcionários do Parlamento Europeu disponham das ferramentas necessárias para reforçar a sua cooperação com os parlamentos nacionais. Os serviços personalizados que a Direção disponibiliza vão desde a preparação de comunicados e notas informativas, passando pela organização de reuniões e videoconferências, até à manutenção de redes de informação, como a IPEX e a ECPRD, ou novos desenvolvimentos, como a base de dados das «comissões correspondentes», ou a renovada base de dados «Connect» de documentos dos parlamentos nacionais.

Estamos firmemente convictos de que a cooperação interparlamentar pode ajudar a estabelecer pontes e a promover o entendimento mútuo nestes tempos conturbados, e confiamos em que o presente relatório demonstra a abrangência e a profundidade que esta cooperação atingiu atualmente.



Ramón Luis Valcárcel Siso
Vice-Presidente



Anneli Jäätteenmäki
Vice-Presidente

1. Introdução

O presente relatório anual tem por base os relatórios anteriores publicados pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu. Nele se identifica um conjunto de acontecimentos e tendências que se registaram ao longo dos últimos dois anos, antes de se proceder a uma análise mais circunstanciada da cooperação parlamentar institucional e das reuniões interparlamentares que tiveram lugar durante o período em apreço.

O ponto da situação é seguido de capítulos sobre o mecanismo de alerta precoce, o diálogo político informal e as ferramentas de intercâmbio de informações e de ligação em rede. Nos anexos, são apresentadas informações estatísticas pormenorizadas.

Os relatórios anuais anteriores, assim como notícias de atualidade, publicações e estatísticas, podem ser consultados no sítio Web da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, em www.europarl.europa.eu/relnatparl.

2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar

2.1. As eleições europeias, o novo Parlamento Europeu e a nova Comissão

Em 2014, a paisagem política da União Europeia foi marcada pelas eleições para o Parlamento Europeu em maio e pela chegada de uma nova Comissão Europeia em novembro. Foi a primeira vez que estes dois eventos foram associados através do processo dos «Spitzenkandidaten», ou cabeças de lista, em que os grupos políticos que se apresentaram às eleições propuseram candidatos para o cargo de Presidente da Comissão Europeia.

No caso do Parlamento Europeu, as eleições também constituíram uma oportunidade para fazer um balanço e desenvolver ainda mais as suas relações com os parlamentos nacionais. Quanto à Comissão Europeia, o seu novo presidente, Jean-Claude Juncker, salientou que a sua relação com o Parlamento Europeu constitui a fonte da legitimidade democrática daquela instituição, e também anunciou a sua intenção de estabelecer uma nova parceria com os parlamentos nacionais.

Tal como em 2009, o Parlamento Europeu aproveitou o final da legislatura para fazer um balanço da cooperação interparlamentar e formular propostas para o seu desenvolvimento futuro. Com base num relatório elaborado pelo presidente da sua Comissão dos Assuntos Constitucionais, Carlo Casini, em 16 de abril de 2014 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais (2013/2185(INI)). Nesta resolução, o Parlamento Europeu congratulou-se com as medidas que tinham sido adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa com vista a intensificar a cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

A resolução apresenta ainda várias propostas para aprofundar este diálogo, nomeadamente um reforço da cooperação entre relatores em relação a questões legislativas ou a realização de reuniões regulares, eficazes e estruturadas por temas entre grupos políticos e partidos políticos europeus, no quadro da cooperação interparlamentar no seio da União. O Parlamento Europeu salientou igualmente que a cooperação interparlamentar deve sempre procurar reunir «as pessoas certas no momento certo em torno do tema certo» de forma

relevante, a fim de permitir que a decisão, dentro dos respetivos âmbitos de competência, seja enriquecida pelo valor acrescentado do verdadeiro diálogo e do debate adequado, e defendeu que a Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC) deve manter-se como fórum para a troca regular de opiniões, informações e boas práticas sobre aspetos práticos do controlo parlamentar.

O Parlamento Europeu manteve um diálogo permanente com os parlamentos nacionais durante todo o período eleitoral e participou ativamente nas reuniões interparlamentares institucionais organizadas nos parlamentos dos Estados-Membros da União Europeia, nomeadamente a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia que se teve lugar em Vilnius em abril de 2014 ou a reunião plenária da COSAC realizada em Atenas em junho de 2014.

Apesar da natural diminuição do número de reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu no período eleitoral, após as eleições a chegada de um grande número de novos deputados, a constituição das suas comissões e a agenda política sobrecarregada a nível europeu imprimiram uma nova dinâmica no que respeita à atividade interparlamentar no Parlamento Europeu. Em 2015, as comissões organizaram mais debates com os parlamentos nacionais do que na maior parte dos anos precedentes, incluindo outras atividades como as visitas de delegações ou as videoconferências. Estes desenvolvimentos são descritos de forma mais circunstanciada no capítulo 4 dedicado às reuniões interparlamentares, enquanto nos anexos são apresentadas estatísticas pormenorizadas.

Quanto à Comissão Europeia, a «parceria especial» com o Parlamento Europeu ocupava um lugar de destaque na sua agenda, como aliás as relações com os parlamentos nacionais. Nas «cartas de missão» que endereçou aos comissários indigitados após a sua eleição em 2014, o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, salientava que a relação que a Comissão mantém com o Parlamento Europeu é a fonte da sua legitimidade democrática. Relativamente aos parlamentos nacionais, o Presidente Juncker frisou o seu desejo de que todos os comissários se comprometessem com uma nova parceria com os mesmos.

A Comissão fez um balanço desse compromisso no seu Programa de Trabalho para 2016, adotado em 27 de outubro de 2015, no qual afirmava que «[n]o ano passado, reforçámos o empenho da Comissão no diálogo com os parlamentos nacionais, tanto em termos de reuniões e trocas de pontos de vista com as comissões parlamentares, como de um compromisso renovado para com o diálogo político sobre os projetos de propostas», e anunciava a sua intenção de «continuar a explorar esta via em 2016, com medidas adicionais para assegurar que os parlamentos nacionais têm uma voz forte na elaboração das políticas europeias».

2.2. Cooperação interparlamentar em matéria de governação económica

Nos últimos dois anos, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais continuaram a consolidar o seu diálogo no domínio da governação económica. Com base nas conclusões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia realizada em abril de 2015, a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia adotou o seu regulamento interno no Luxemburgo em 10 de novembro 2015. Este acordo sobre questões processuais deverá permitir à Conferência focalizar toda a sua atenção na substância dos desafios políticos que se avizinham.

Embora os princípios fundamentais da legitimidade e responsabilização democráticas tenham de ser garantidos aos níveis da tomada e execução das decisões, há muito tempo que o Parlamento Europeu defende que a cooperação interparlamentar tem a desempenhar um importante papel complementar no intercâmbio de ideais e boas práticas no domínio da governação económica. Neste contexto, vale a pena fazer uma retrospectiva mais pormenorizada da evolução desta cooperação, embora se trate de um processo anterior ao período abrangido pelo presente relatório.

Contexto

Em março de 2011, na sequência da crise económica e financeira, a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros do Parlamento Europeu organizou uma reunião com deputados dos parlamentos nacionais para discutir as suas primeiras experiências no âmbito do «Semestre europeu», o ciclo anual de orientação e supervisão política económica da UE que arrancara naquela altura. Por iniciativa das suas comissões dos Assuntos Económicos e Monetários, do Emprego e dos Assuntos Sociais, e dos Orçamentos, em fevereiro de 2012 o Parlamento Europeu organizou um evento interparlamentar dedicado ao Semestre Europeu de Coordenação Política Económica. Em janeiro 2013, esta reunião conheceu um novo desenvolvimento, passando desde então a designar-se «Semana Parlamentar Europeia» e a ser organizada no início de cada ano.

O artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária («Pacto Orçamental») previa a organização de «uma conferência de representantes das comissões relevantes do Parlamento Europeu e de representantes das comissões relevantes dos parlamentos nacionais, a fim de debaterem as políticas orçamentais e outras questões abrangidas pelo presente Tratado». Durante a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia realizada em Nicósia em abril de 2013, chegou-se a um acordo para implementar as disposições deste artigo do Tratado. A Conferência Interparlamentar a que se refere o artigo 13.º do Pacto Orçamental reuniu-se então pela primeira vez nos dias 16 e 17 de outubro de 2013, em Vilnius, tendo sido organizada pelo Parlamento lituano.

Acontecimentos importantes em 2014

A segunda Conferência ao abrigo do artigo 13.º foi coorganizada pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento grego em Bruxelas. Sob o título «Semana Parlamentar Europeia», decorreu em articulação com o evento interparlamentar sobre o Semestre Europeu organizado pelo Parlamento Europeu. De 20 a 2 de janeiro de 2014, a Semana Parlamentar Europeia reuniu cerca de 140 membros dos parlamentos nacionais, 60 membros do Parlamento Europeu e aproximadamente 100 funcionários dos parlamentos nacionais.

Entre os oradores de alto nível, destacam-se o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, o presidente do Parlamento grego, Vangelis Meimarakis, o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e o presidente do Parlamento alemão (Bundestag), Norbert Lammert. Os temas em debate incluíam a resolução dos desequilíbrios macroeconómicos na Europa e a legitimidade democrática dos programas de ajustamento económico para promover o crescimento e o emprego na Europa e o reforço da supervisão orçamental na UEM.

A terceira Conferência foi organizada pelo Parlamento italiano e teve lugar nos dias 29 e 30 de setembro de 2014, em Roma. A delegação do Parlamento Europeu era constituída por 14 deputados e foi copresidida pelo Vice-presidente Olli Rehn e por Roberto Gualtieri,

presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Os debates incidiram sobre o papel do investimento na estimulação do crescimento, as ferramentas de governação económica e financeira da UE, a união bancária e a coordenação das políticas fiscais europeias com especial destaque para a economia digital. A sessão final do evento foi dedicada à discussão da proposta de regulamento interno da Conferência.

Acontecimentos importantes em 2015

A Semana Parlamentar Europeia de 2015 realizou-se nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2015 no Parlamento Europeu em Bruxelas. O evento reuniu cerca de 70 eurodeputados e cerca de 110 parlamentares de toda a União Europeia para discutir questões económicas, orçamentais e sociais.

No âmbito da Semana Parlamentar Europeia realizaram-se dois eventos. O primeiro evento foi a reunião interparlamentar sobre os Ciclos do Semestre Europeu de 2014 e 2015, no contexto da elaboração dos relatórios do Parlamento Europeu sobre as prioridades do próximo ciclo do Semestre, com base na Análise Anual do Crescimento. Este evento tinha por objetivo reforçar a dimensão democrática do processo de decisão da UE e intensificar a cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, a fim de controlar as ações do executivo, tanto a nível nacional como a nível europeu, no âmbito do ciclo do Semestre.

O segundo evento foi a Conferência Interparlamentar ao abrigo do artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária. A Conferência foi coorganizada e copresidida pelo Parlamento letão e pelo Parlamento Europeu. O objetivo deste evento era discutir questões cobertas pelo artigo 13.º do Pacto Orçamental, colocando a ênfase no novo plano de infraestruturas da União Europeia, nas melhores práticas para a aplicação do Pacto Orçamental e na dimensão social da União Económica e Monetária.

De entre os oradores que intervieram na Semana Parlamentar Europeia de 2015, destacam-se o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, a presidente do Parlamento lituano, Ināra Mūrniece, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e o comissário europeu dos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e Alfândegas, Pierre Moscovici.

A reunião de outono da «Conferência ao abrigo do artigo 13.º» foi organizada pela Câmara dos Deputados do Luxemburgo em 9 e 10 de novembro no Luxemburgo. A delegação do Parlamento Europeu, constituída por 12 membros, era chefiada por Roberto Gualtieri, presidente da sua Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Os debates incidiram sobre a dimensão social da UEM, controlo parlamentar, concorrência leal em matéria fiscal, e crescimento económico. De entre os principais oradores destacam-se o presidente da Câmara de Deputados do Luxemburgo, Mars Di Bartolomeo, o primeiro-ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, e ainda os eurodeputados Alain Lamassoure e Roberto Gualtieri.

Após longas negociações, e com base nos princípios acordados pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia em Roma em abril de 2015, a Conferência Interparlamentar adotou igualmente o seu regulamento interno no Luxemburgo. O regulamento interno determina que, em consonância com o artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária, a Conferência passa a designar-se «Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia».

De acordo com o regulamento interno, a Conferência fornece um enquadramento para debater e partilhar informações e boas práticas no que respeita à aplicação das disposições do Tratado a fim de reforçar a cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu e contribuir para assegurar a responsabilização democrática no domínio da governação económica e da política orçamental na UE, em especial na UEM, tendo em conta a dimensão social e sem prejuízo das competências dos parlamentos da União Europeia.

O regulamento especifica ainda que a Conferência Intergovernamental se reúne pelo menos duas vezes por ano, em coordenação com o ciclo do Semestre Europeu. No primeiro semestre de cada ano, reúne-se em Bruxelas, sendo coaccolhida e copresidida pelo Parlamento do país que exerce a Presidência e pelo Parlamento Europeu. No segundo semestre de cada ano, reúne-se no Estado-Membro que detém a Presidência da UE e é presidida pelo Parlamento do mesmo Estado-Membro.

As alterações a este regulamento são objeto de uma decisão consensual e devem ser feitas em conformidade com o quadro definido pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia. De acordo com as diretrizes de cooperação interparlamentar acordadas pelos presidentes dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu em Lisboa em 2008, a Conferência dos Presidentes supervisiona a coordenação das atividades interparlamentares da UE. Por conseguinte, o facto de o Parlamento Europeu ter incluído neste regulamento interno uma referência específica ao quadro definido pela Conferência dos Presidentes foi particularmente importante.

Este acordo sobre questões processuais deverá permitir à Conferência focalizar toda a sua atenção na substância dos desafios políticos que se avizinham, como o demonstraram as discussões sobre questões de atualidade durante a primeira Conferência Interparlamentar organizada após a entrada em vigor do regulamento interno. Em 17 de fevereiro de 2016, os Estados-Gerais dos Países Baixos e o Parlamento Europeu convidaram os parlamentos nacionais a participar na Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia. Em 16 de fevereiro de 2016, o Parlamento Europeu também convidou os parlamentos nacionais para a reunião interparlamentar dedicada aos Ciclos do Semestre Europeu de 2015/2016. Estes dois eventos inseriam-se na edição de 2016 da Semana Parlamentar Europeia e contaram com a participação de aproximadamente 45 eurodeputados, 130 membro dos parlamentos nacionais e 120 funcionários que os acompanhavam.

O diálogo interparlamentar sobre a economia e questões conexas também prosseguiu fora da Semana Parlamentar Europeia e da Conferência Interparlamentar. Nos últimos dois anos, as comissões do Parlamento Europeu continuaram a sua prática de realizar debates sobre temas específicos com as suas congéneres dos parlamentos nacionais. Em setembro de 2014 e 2015, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários organizou a sua troca de pontos de vista anual com parlamentos nacionais para discutir o seu projeto de relatório sobre o Semestre Europeu. Em junho de 2015, a Comissão Especial sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares (TAXE) do Parlamento Europeu convidou igualmente os parlamentos nacionais para uma troca de pontos de vista sobre o tema «Planeamento fiscal agressivo e controlo democrático: papel dos parlamentos».

2.3. Cooperação interparlamentar sobre política externa e de segurança

A Conferência Interparlamentar para acompanhamento da Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e defesa da União Europeia. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo Parlamento do Estado-Membro da UE que detém a Presidência rotativa do Conselho em estreita cooperação com o Parlamento Europeu e nela participam habitualmente cerca de 100 parlamentares de toda a União Europeia. Além disso, a Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu convida frequentemente os parlamentos nacionais para as suas reuniões em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio político crucial.

Em 2014, a quarta e a quinta Conferências Interparlamentares para acompanhamento da PESC/PCSD realizaram-se em Atenas (3 e 4 de abril) e em Roma (5 a 7 de novembro). Em 2015, a sexta e a sétima Conferências Interparlamentares realizaram-se em Riga (4 a 6 de março) e no Luxemburgo (5 e 6 de setembro). A delegação do Parlamento Europeu a estas reuniões foi presidida por Elmar Brook, presidente da Comissão dos Assuntos Externos.

Acontecimentos importantes em 2014

Em Atenas, os debates incidiram principalmente sobre a Parceria Oriental e, em particular, sobre a crise ucraniana, a Vizinhança Meridional (Síria, Egito e Médio Oriente) e o seguimento do Conselho Europeu sobre Defesa de 2013, nomeadamente sobre a dimensão marítima e o papel dos parlamentos na mobilização de forças militares no âmbito da PCSD. Foram organizados três *workshops* sobre «A estratégia de segurança marítima da UE, a dimensão marítima da PSCD», «Desenvolvimentos no Médio Oriente» e «Mobilização de forças militares no âmbito da PCSD, procedimentos e práticas de tomada de decisão parlamentares».

A quinta Conferência, em Roma, foi a primeira a realizar-se após as eleições europeias de 2014 e contou com a participação da nova Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia (AR/VP), Federica Mogherini. As principais questões debatidas foram a Ucrânia, a Síria e o Iraque, o Médio Oriente, a Líbia, os agrupamentos táticos da UE, as relações UE-África e os Balcãs Ocidentais. Seguiram-se três *workshops* especializados sobre «O futuro dos agrupamentos táticos da UE», «Relações UE-África», e «Estabilidade regional e alargamento aos Balcãs Ocidentais».

Em Roma, a Conferência Interparlamentar concluiu o exame sobre o seu funcionamento, que tinha sido lançado em conformidade com as decisões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE e as Conclusões da primeira Conferência Interparlamentar realizada em 2012. Foi decidido que a Conferência Interparlamentar deve continuar a ser organizada de acordo com o regulamento interno em vigor e centrar-se na melhoria das boas práticas da sua condução. Foi acordado um documento intitulado «Best Practices» (Boas Práticas) que fornece orientações adicionais sobre a aplicação do regulamento interno e confirma ainda o papel fundamental do Parlamento Europeu na Conferência Interparlamentar. Na sua reunião em Roma, em abril de 2015, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia congratularam-se com a conclusão do exame.

Acontecimentos importantes em 2015

Na reunião de Riga, os principais tópicos debatidos na Conferência Interparlamentar foram a luta contra o terrorismo internacional e a radicalização, a situação na Ucrânia, a Vizinhança Europeia (Parceira Oriental/Cimeira de Riga, e Vizinhança Meridional/ Mediterrâneo e Médio Oriente), e a PCSD, nomeadamente o Conselho Europeu sobre Defesa de junho de 2015. Os quatro *workshops* especializados incidiram sobre «A Cimeira de Riga - Redefinição da Parceria Oriental», «A resposta europeia à instabilidade e ameaças no Mediterrâneo Meridional e no Médio Oriente», «A Guerra Híbrida - um novo desafio de segurança para a Europa», e «Desafios e soluções para o destacamento de agrupamentos táticos da UE».

Os debates na Conferência realizada no Luxemburgo em setembro de 2015 foram dominados pela questão da migração, pela situação na vizinhança europeia, pela revisão da PEV, pela estratégia de segurança da UE, pela defesa e pelo impacto das alterações climáticas na segurança. A primeira sessão plenária sobre a Política Europeia de Vizinhança e as prioridades e estratégias no domínio da PESC/PCSD foi, em larga medida, dominada pela questão da migração e pelos acontecimentos recentes em regiões vizinhas da Europa. O debate abordou igualmente outras questões da PESC/PCSD, incluindo a preparação da nova estratégia global em matéria de política externa e de segurança, em que a AR/VP salientou que acolheria com agrado os contributos dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu. A segunda sessão plenária incidiu sobre as alterações climáticas no contexto da segurança. Realizaram-se em simultâneo três *workshops* especializados focalizados numa gestão mais funcional dos fluxos migratórios, no reforço das missões civis no âmbito da PCSD, e no acompanhamento da aplicação das conclusões do Conselho Europeu sobre Defesa de junho de 2015.

No seguimento do convite da AR/VP para que fossem apresentadas ideias e sugestões para a nova estratégia global da UE, após a Conferência, o chefe da delegação da Câmara dos Deputados do Luxemburgo à Conferência Interparlamentar escreveu a todos os parlamentos nacionais solicitando-lhes que enviassem os seus contributos. A Câmara dos Deputados do Luxemburgo compilou esses contributos e transmitiu-os à AR/VP em dezembro de 2015.

Para além das reuniões da Conferência Interparlamentar, a Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu convida frequentemente as suas congéneres dos parlamentos nacionais para Bruxelas. Em dezembro de 2014, organizou uma reunião de comissões interparlamentares dedicada ao tema «A agenda da ação externa da UE - os Balcãs Ocidentais». Em maio de 2015, realizou-se uma reunião sobre «A Revisão da Política de Vizinhança Europeia - Perspetivas para o Conselho Europeu sobre Defesa de junho de 2015», e, em novembro de 2015, deputados nacionais e europeus discutiram questões relativas às guerras por procuração na região do Médio Oriente e Norte de África e ao seguimento do Conselho Europeu sobre Defesa de junho, incluindo a estratégia global da UE para a política externa e de segurança.

2.4. Os parlamentos nacionais no contexto europeu

Nos últimos anos, os parlamentos nacionais fizeram diversas sugestões para melhorar a maneira como exercem as suas atuais prerrogativas e lançaram um debate sobre a criação de novos instrumentos com vista ao seu envolvimento no processo decisório da UE. O Parlamento Europeu, por seu turno, também lançou uma proposta para cooperar na aplicação do direito da UE.

Surgiram propostas concretas de parlamentos mais ativos neste domínio, nomeadamente o Parlamento da Dinamarca, a Câmara dos Representantes dos Países Baixos e a Câmara dos Lordes do Reino Unido. As referidas propostas incluem uma utilização mais eficiente dos controlos de subsidiariedade, introduzindo melhorias no procedimento do «cartão amarelo» (nomeadamente, alargando o prazo de 8 para 12 semanas e acrescentando um controlo de proporcionalidade), explorando um chamado «cartão verde» que iria permitir aos parlamentos nacionais fazer sugestões de iniciativas legislativas, e garantindo um papel para os parlamentos nacionais relativamente ao programa de trabalho anual da Comissão.

As propostas foram discutidas primeiramente em agrupamentos informais ou grupos de trabalho, cujos promotores convidaram outros parlamentos nacionais para explorar eventuais desenvolvimentos. As Presidências lituana e luxemburguesa da COSAC responderam favoravelmente ao pedido para que estas questões fossem abordadas nos relatórios bianuais da COSAC e para que se organizassem trocas de pontos de vista aprofundadas sobre a matéria durante as reuniões da COSAC (ver capítulo 3.1).

Para além destas iniciativas dos próprios parlamentos nacionais, em novembro de 2015, o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, endereçou uma carta ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, expondo os domínios em que pretendia que fossem feitas reformas. Nessa carta, o primeiro-ministro do Reino Unido propunha um novo procedimento que previa a possibilidade de grupos de parlamentos nacionais, agindo em conjunto, travarem propostas legislativas indesejadas, um procedimento frequentemente referido como um «cartão vermelho». Na sua reunião de 18 e 19 de fevereiro de 2016, o Conselho Europeu acordou um conjunto de disposições que incluíam, entre outros, um mecanismo para os casos em que pareceres fundamentados de parlamentos nacionais sobre a não conformidade de um projeto de ato legislativo da União com o princípio da subsidiariedade, apresentados no prazo de 12 semanas após a transmissão do projeto, representam mais de 55 % dos votos que lhes estão atribuídos. Estas disposições entrarão em vigor na data em que o Governo do Reino Unido comunicar ao secretário-geral do Conselho que o Reino Unido decidiu permanecer na União Europeia.

Importância do atual quadro do Tratado e equilíbrio institucional

Na perspetiva do Parlamento Europeu, a cooperação interparlamentar pode contribuir para intercâmbios produtivos de informações, o exame conjunto das questões, o diálogo mutuamente vantajoso e uma transposição mais agilizada da legislação da UE para o direito nacional. O Parlamento Europeu manifestou a sua disponibilidade para explorar maneiras de desenvolver ainda mais os instrumentos atualmente em vigor para a aplicação dos Protocolos 1 e 2 do Tratado de Lisboa e o reforço do diálogo entre os parlamentos nacionais e as instituições europeias, desde que tal se processe no âmbito das atuais disposições do Tratado e do equilíbrio institucional global existente a nível da UE.

A proposta do Parlamento Europeia relativa à cooperação na implementação da legislação da UE

No intuito de assegurar uma melhor participação dos parlamentos nacionais no debate sobre o controlo e a avaliação da legislação da UE, o Parlamento Europeu tem procurado desenvolver uma nova forma de cooperação e espera que um esforço conjunto permita aferir, de maneira mais informada, se a legislação da UE está a ser devidamente implementada na prática e em que medida está a produzir os resultados pretendidos junto dos cidadãos, tanto a nível europeu como a nível nacional. Em junho de 2014, o presidente do Parlamento Europeu escreveu aos seus homólogos dos parlamentos nacionais, pedindo-lhe que se pronunciassem

sobre as propostas de alteração à legislação da UE em vigor incluídas no programa de trabalho da Comissão para 2014. O secretário-geral do Parlamento Europeu deu sequência a esta primeira carta em março e dezembro de 2015, para os programas de trabalho da Comissão Europeia de 2015 e 2016.

As informações fornecidas neste contexto deverão contribuir para a preparação de «avaliações da execução» transmitidas às comissões competentes do Parlamento Europeu antes de estas analisarem a nova proposta legislativa em questão. É feita referência igualmente a quaisquer outras informações dos parlamentos nacionais sobre a execução, aplicação ou eficácia do direito da UE suscetíveis de ajudar o Parlamento Europeu a produzir avaliações de execuções europeias mais circunstanciadas. Estas comunicações (briefings) preparadas para os deputados e as comissões do Parlamento Europeu são colocadas à disposição dos parlamentos nacionais e do público em geral no sítio Web do Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu está ciente das diferenças existentes entre os quadros constitucionais nacionais e sabe que nem todos os parlamentos nacionais realizam atividades de controlo e avaliação, mas continua convencido de que a partilha de informações sobre a execução e a eficácia da legislação da UE pode constituir um apoio valioso na tomada de decisões sobre a maneira de melhorar a legislação da UE. É por essa razão que o Parlamento Europeu pondera a criação de uma estrutura informal que possibilite diferentes vias de partilha dessas informações, por exemplo, através de contactos bilaterais e visitas de estudo.

Esta iniciativa constitui uma via muito clara para melhorar ainda mais a cooperação interparlamentar e interadministrativa e visa fortalecer os canais de comunicação. A ideia foi bem acolhida quando foi apresentada na reunião dos secretários-gerais dos parlamentos da UE em Roma, em março de 2015. A COSAC também acolheu favoravelmente esta nova ideia na sua Contribuição LIII adotada na reunião de Riga, em junho de 2015, e observou que, de um modo geral, os parlamentos manifestaram a sua disponibilidade para o intercâmbio de boas práticas e a partilha de ideias com o Parlamento Europeu sobre o controlo parlamentar da transposição, aplicação e execução do direito da UE, salientando ao mesmo tempo a posição de alguns parlamentos nacionais que entendem que esse controlo é da competência do executivo e/ou da Comissão Europeia. Foi igualmente mencionada a disponibilidade para reforçar a cooperação com o Parlamento Europeu sobre dossiês legislativos selecionados, tendo sido feita referência explícita ao reforço da cooperação entre os relatores do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais.

Maior integração europeia: o caminho a seguir

Reunidos em Roma em 14 de setembro de 2015, os presidentes da Câmara dos Deputados italiana, da Assembleia Nacional francesa, do Parlamento alemão (Bundestag) e da Câmara dos Deputados luxemburguesa afirmaram a sua convicção de que é imperioso imprimir um novo impulso à integração europeia.

Os presidentes dos quatro parlamentos assinaram uma declaração intitulada «Maior integração europeia: o caminho a seguir», na qual salientam a necessidade de mais, não menos, Europa para responder aos desafios que se apresentam tanto a nível interno como a nível externo. A declaração refere ainda a necessidade de maior integração política, do reforço da União Económica e Monetária (UEM) da Europa, assim como da sua dimensão social, e de uma maior adesão à visão dos pais fundadores.

Nos meses que se seguiram, a declaração foi assinada por vários outros presidentes de parlamentos nacionais, e o Presidente Schulz do Parlamento Europeu saudou a iniciativa. No momento da redação deste relatório, espera-se que a declaração venha a ser discutida na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE de 2016, no Luxemburgo.

3. Cooperação parlamentar institucional

3.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)

A COSAC, Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. É apoiada por uma troika presidencial, da qual o Parlamento Europeu é membro permanente, e conta com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo Parlamento Europeu e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»).

Em 2014 e 2015, a crescente tendência para a reafirmação da natureza interparlamentar dos debates da COSAC foi evidente, tendo sido convidados para oradores principais mais deputados e menos representantes dos executivos nacionais e europeu. Este passo foi defendido e encorajado pelo Parlamento Europeu, membro da Troika da COSAC (representantes dos parlamentos nacionais da Presidência atual, da Presidência anterior e da Presidência seguinte, bem como do Parlamento Europeu). Importa notar que todas as Presidências se têm esforçado por reforçar não só a escolha equilibrada de temas e de oradores principais, mas também a composição dos painéis e a forma como os debates são conduzidos. Os delegados tiveram a oportunidade de participar e de interagir em diversos eventos paralelos, por exemplo através do sistema de pedido espontâneo de uso da palavra («catch the eye») que permite discussões mais dinâmicas, ou apresentações suplementares de iniciativas dos parlamentos nacionais.

A seleção de temas demonstrou a vontade das Presidências no sentido de confirmar a COSAC como o fórum preferencial de debates abertos e inclusivos sobre os desenvolvimentos mais importantes na UE e no palco internacional. As políticas de vizinhança, externa, comercial, energética e económica da UE tiveram um lugar de destaque na agenda, com a clara intenção de contribuir para a discussão de outras conferências interparlamentares especializadas, numa interação equilibrada, que reconheceu plenamente os respetivos mandatos, evitando assim qualquer sobreposição ou concorrência estéril. As eleições europeias de 2014 e o quinto aniversário da entrada em vigor do Tratado de Lisboa foram igualmente determinantes na definição da agenda.

Na esteira da recém-estabelecida tradição, os trabalhos da COSAC contaram com uma presença mais forte da delegação do Parlamento Europeu: nas Presidências grega, italiana, letã e luxemburguesa 10 deputados ao PE (vice-presidentes, presidentes de comissões e relatores) foram convidados a discursar perante a COSAC como oradores principais e dois deputados foram convidados na qualidade de «primeiros a responder». Nas suas intervenções e contributos durante os subseqüentes debates, partilharam pontos de vista valiosos sobre a

posição do Parlamento Europeu em diversos temas, desde a crise na Ucrânia, as políticas da UE no Mediterrâneo e na Europa de Leste, até às políticas energética e comercial ou a revisão da Estratégia Europa 2020.

Os deputados ao PE intervieram igualmente como oradores principais em temas de natureza institucional, designadamente as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, a legitimidade democrática e a liderança europeia, o futuro da democracia supranacional cinco anos após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o programa plurianual de trabalho da Comissão Europeia e o papel dos parlamentos. Os temas da ordem do dia das reuniões plenárias também foram frequentemente tratados nos relatórios semestrais para os quais todos os parlamentos nacionais contribuem, tendo o resultado de tais relatórios sido devidamente refletido nas conclusões e contributos aprovados.

O Parlamento Europeu recebeu, em diversas ocasiões, elogios e agradecimentos de várias delegações de parlamentos nacionais, pelo apoio ativo e constante à integração macrorregional, pelo contributo decisivo para a clara melhoria do pacote de coesão de 2014 a 2020 e para a consecução de um acordo final e pela resolução de 15 de janeiro de 2015 sobre a situação na Ucrânia. Além disso, o papel do Parlamento Europeu no controlo das agências da UE foi reconhecido no Contributo da LII COSAC.

Nos últimos anos, consolidou-se a tendência para informar a COSAC, por meio de cartas oficiais ou curtas intervenções, sobre o resultado de reuniões conjuntas realizadas antes de cada reunião plenária da COSAC por representantes das comissões dos Assuntos da União de um número limitado de parlamentos nacionais¹. O seu contributo foi bem recebido e, por vezes, determinante para a seleção de temas para a ordem do dia.

Diligente na reação aos desenvolvimentos mais importantes da cena internacional, a COSAC adotou diversas declarações sobre a situação na Ucrânia. A declaração do plenário da LIII COSAC sobre a recente proibição de entrada aplicada pela Federação Russa aos políticos e funcionários públicos da UE foi inicialmente apresentada por Ramón Luis Valcárcel Siso, vice-presidente do Parlamento Europeu, tendo sido posteriormente alterada e aprovada por unanimidade no plenário.

Paralelamente à troca intensa de pontos de vista sobre desenvolvimentos fulcrais em assuntos da União, a COSAC levou a cabo uma reflexão sobre a sua função e meios práticos de aumentar a participação dos parlamentos nacionais no processo de decisão da UE. Tal reflexão decorreu por iniciativa das Presidências da COSAC ou em resposta a pedidos de diversas câmaras, tendo o resultado desse debate sido refletido nas conclusões e contributos aprovados.

A COSAC disponibilizou uma plataforma adequada para a breve apresentação de diversas ideias e propostas dos parlamentos nacionais:

- O relatório da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento dinamarquês intitulado «23 recommendations on how to strengthen the role of national Parliaments in a changing European governance» (23 recomendações para reforçar o papel dos parlamentos nacionais num contexto de mudança da governação europeia) (LI Reunião de Presidentes);

¹ Países do Grupo de Visegrád (Hungria, República Checa, Polónia e Eslováquia), «Conferência Parlamentar do Mar Báltico» (Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia), Državni zbor da Eslovénia, Hrvatski zbor da Croácia e Reunião dos Presidentes das Comissões de Assuntos da União dos Parlamentos do sul da UE.

- O relatório «Ahead in Europe» sobre o modo como a Câmara de Representantes neerlandesa e os parlamentos dos Estados-Membros poderiam exercer uma maior influência no processo de decisão europeu (LI Plenário);
- O relatório da Câmara dos Lordes do Reino Unido sobre o papel dos parlamentos nacionais na União Europeia (LII Plenário);
- O aperfeiçoamento do procedimento de «cartão amarelo», a introdução de um denominado «cartão verde» (diálogo político reforçado) e a garantia de um papel para os parlamentos nacionais relativamente ao programa anual de trabalho da Comissão foram temas de relevo na agenda da COSAC e das reuniões informais de grupos interparlamentares. A título excepcional, o resultado de tais reuniões informais foi apresentado durante as reuniões da COSAC.

O anexo I inclui uma lista de temas e principais oradores de todas as reuniões da COSAC em 2014 e em 2015.

O «cartão verde»

Com base na proposta do presidente do Comité Restrito da UE da Câmara dos Lordes do Reino Unido, o «cartão verde» foi concebido com o objetivo de solicitar uma nova ação legislativa, bem como a alteração ou revogação de legislação em vigor, incluindo atos delegados ou de execução.

Nos debates da COSAC, foram manifestadas reservas quanto à compatibilidade do «cartão verde» com o Tratado, a sua transposição para o direito nacional e o seu impacto no equilíbrio institucional. Após as alterações do Parlamento Europeu, aprovadas por unanimidade, o Contributo da LIII COSAC refere-se ao «cartão verde» como «uma nova forma de aprofundamento do diálogo político» e sublinha a necessidade de um «cartão verde» para efeitos de conformidade com as disposições do Tratado em vigor e com o equilíbrio interinstitucional de competências.

A Câmara dos Lordes apresentou a primeira proposta de cartão verde relativamente ao desperdício alimentar, coassinada por 16 dos 41 presidentes das comissões de Assuntos Europeus dos parlamentos nacionais e apresentada à Comissão Europeia em 22 de julho de 2015. A Comissão tomou conhecimento do convite para adotar uma abordagem mais estratégica de redução do desperdício alimentar e comprometeu-se a prestar especial atenção às sugestões dos parlamentos.

Desde então, têm sido apresentadas propostas de cartão verde pela Assembleia Nacional Francesa (sobre a tributação de empresas multinacionais) e pelo Parlamento letão (sobre a alteração da Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual»).

A reflexão sobre o âmbito de aplicação e o procedimento do «cartão verde» foi prosseguida no quadro de um grupo de trabalho da COSAC, constituído ao abrigo da Presidência luxemburguesa. Os trabalhos do grupo confirmaram o amplo apoio a essa forma não vinculativa de diálogo político reforçado e coordenado. No que se refere a questões processuais, acordou-se prosseguir um caminho flexível, sem prejuízo do direito de iniciativa legislativa da Comissão e em pleno respeito pelas disposições atuais dos Tratados e pelo equilíbrio interinstitucional de poderes.

Aperfeiçoamento do procedimento de «cartão amarelo»

As conclusões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE de 2014 incumbiram a COSAC de «explorar possibilidades de utilização mais eficiente do escrutínio da subsidiariedade». Os resultados das reuniões informais de grupos interparlamentares e as conclusões dos relatórios semestrais da COSAC facultaram muitas informações sobre como aperfeiçoar o procedimento de subsidiariedade em vigor. Destacaram-se três pontos principais: a análise do prolongamento do prazo de 8 semanas, a elaboração de orientações informais sobre os processos de avaliação da subsidiariedade e de emissão do parecer fundamentado, e a necessidade de respostas de melhor qualidade e mais atempadas da Comissão Europeia.

A COSAC convidou os parlamentos a cooperarem estreitamente tendo em vista a elaboração de um conjunto de boas práticas e orientações voluntárias não vinculativas sobre o controlo da subsidiariedade no âmbito da COSAC. A este respeito, o grupo de trabalho da COSAC sobre *o reforço do diálogo político, mediante a introdução de um «cartão verde» e a melhoria do procedimento de emissão de parecer fundamentado («cartão amarelo»)* sugeriu que o parecer fundamentado deveria mencionar a proposta legislativa a que se refere, referir explicitamente que se trata de um parecer fundamentado, incluir uma tradução ou um resumo do texto em inglês e em francês, um resumo da argumentação, a base jurídica e a motivação.

A COSAC apelou à Comissão para que excluísse os períodos de férias das instituições da UE e a pausa entre meados de dezembro e o Ano Novo do prazo de oito semanas previsto pelos Tratados para a realização do controlo da subsidiariedade. A Comissão foi igualmente convidada a prosseguir esforços no sentido de assegurar respostas de melhor qualidade e mais atempadas a pareceres fundamentados.

3.2. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE é o órgão diretor da cooperação interparlamentar e reúne-se na primavera de cada ano no país que exerceu a presidência do Conselho da UE durante o segundo semestre do ano anterior. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE é antecedida de uma reunião preparatória dos secretariados-gerais dos parlamentos dos países participantes.

Acontecimentos importantes em 2014

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE de 2014 foi organizada pelo Parlamento lituano e teve lugar em Vilnius de 6 a 8 de abril. Centrou-se principalmente na cooperação interparlamentar com os países da Parceria Oriental, tendo sido convidados para a reunião representantes destes países.

Os Presidentes exprimiram profunda preocupação face à crise na Ucrânia e à anexação ilegal da Crimeia e apoiaram a soberania, a independência e a integridade territorial da Ucrânia. Acolheram favoravelmente a assinatura das disposições políticas do Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia, esperando que as restantes disposições fossem assinadas a breve trecho. Os Presidentes sublinharam ainda a importância estratégica da política europeia de vizinhança, onde se incluem os países da Parceria Oriental, para a UE e para a região europeia em geral.

Os Presidentes debateram igualmente o papel dos parlamentos nacionais na resolução das consequências da crise económica e financeira e manifestaram a sua preocupação com o

grande número de desempregados na UE, em especial com o nível elevado de desemprego entre os jovens.

Fazendo um balanço dos cinco anos decorridos desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os Presidentes congratularam-se com a maior participação dos parlamentos nacionais no processo legislativo da UE e observaram que os parlamentos nacionais se tornaram mais ativos na utilização do seu direito à emissão de pareceres fundamentados. Sublinharam, contudo, que devem ser envidados esforços no sentido de tornar o envolvimento dos parlamentos nacionais no processo legislativo da União mais construtivo e assim permitir que os parlamentos nacionais contribuam positivamente para a definição da legislação da UE. Neste contexto, manifestaram o seu apoio à iniciativa de diálogo político lançada pelo Presidente Barroso da Comissão Europeia em 2006 e convidaram a Comissão em exercício a prosseguir-la.

Quanto à cooperação interparlamentar no domínio da liberdade, da segurança e da justiça, os Presidentes reconheceram os progressos realizados pelo programa plurianual de Estocolmo e consideraram que essa matéria deveria ser reforçada com novas orientações estratégicas. Realçaram a necessidade de promover a plena aplicação da política comum de imigração e das operações nas fronteiras externas da UE, que deveriam salvar vidas no mar e simultaneamente combater o tráfico humano, e de promover o princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros.

Acontecimentos importantes em 2015

De 19 a 21 de abril de 2015, teve lugar a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE em Roma. Organizada pelo parlamento italiano, os debates centraram-se no crescimento, nos direitos fundamentais, no papel dos parlamentos da União na negociação de tratados internacionais e no reforço do diálogo político. Os Presidentes acordaram princípios básicos do Regimento da Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governança Económica na UE («Conferência nos termos do artigo 13.º», ver capítulo 2.2).

A crise económica foi o tema dominante, muito embora os Presidentes tenham reconhecido que a economia europeia evidenciava sinais de recuperação. No contexto da discussão de medidas de resolução dos problemas, acordaram a necessidade de pôr em prática soluções inovadoras que permitissem, simultaneamente, superar debilidades estruturais e otimizar as qualidades económicas e sociais especiais da UE. Por conseguinte, saudaram as novas iniciativas das instituições da UE, em particular o «Plano de Investimento para a Europa» e o pacote de propostas para a construção de uma união da energia.

Durante o debate sobre direitos fundamentais, os Presidentes realçaram que a UE era um ponto de referência na proteção dos direitos fundamentais e reconheceram a necessidade de procedimentos mais sólidos e rigorosos para monitorizar o nível de proteção conferido aos direitos fundamentais nos Estados-Membros. Os Presidentes salientaram igualmente a importância de um quadro jurídico adequado para a proteção dos direitos das minorias nacionais e de outras minorias, como a comunidade cigana. Os Presidentes acompanharam com especial interesse a preparação de uma agenda para a migração. Na sequência das recentes tragédias humanitárias no Mediterrâneo, esperam que a Comissão demonstre a maior ambição possível na proposta de soluções europeias comuns, num espírito de solidariedade e partilha equitativa das responsabilidades entre os Estados-Membros. Paralelamente, os Presidentes assinaram uma declaração sobre o «Reforço das operações de salvamento no Mediterrâneo».

Os Presidentes sublinharam ainda o papel importante que os parlamentos da UE podem desempenhar nas negociações das atuais propostas de acordos comerciais e, a este respeito, saudaram a decisão do Conselho de autorizar, pela primeira vez, a Comissão a tornar públicos os seus mandatos de negociação. Manifestaram o seu apreço pelo compromisso firme do Parlamento Europeu no sentido de ativar e aplicar os novos poderes que lhe foram conferidos pelo Tratado de Lisboa. Os Presidentes reafirmaram que os parlamentos nacionais têm de dispor da possibilidade de executar competências específicas em relação ao maior número possível de acordos de comércio livre e, de um modo geral, de um maior acesso às informações relacionadas com as negociações em curso, para que possam divulgar as suas orientações no decurso das negociações, em vez de verem os seus poderes de intervenção restringidos apenas ao processo de ratificação.

Os Presidentes observaram que, embora não previsto explicitamente nos Tratados, o diálogo político constitui agora o principal canal de interação entre os parlamentos nacionais e as instituições da UE. Os Presidentes instam a Comissão Europeia a assegurar respostas de melhor qualidade e mais atempadas aos contributos que recebe dos parlamentos nacionais e saudou as iniciativas da nova Comissão Europeia, em particular o compromisso assumido pelos Comissários europeus no sentido de aumentar o número de reuniões com os parlamentos nacionais. Neste contexto, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, propôs uma alteração às conclusões da reunião, a qual foi aprovada, e afirmou que «Os Presidentes também aguardam com expectativa o reforço do diálogo político entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu através de uma maior cooperação entre os relatores do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais».

O presidente do Parlamento Europeu participou ainda nas negociações dos princípios do Regimento da Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia e ajudou a mediar cedências justas e equilibradas.

4. Reuniões interparlamentares

4.1. Reuniões interparlamentares - intercâmbios mais específicos entre peritos

Os anos de 2014 e 2015 assistiram à continuação da tendência para a realização de debates interparlamentares mais reduzidos e mais específicos no Parlamento Europeu. A maior parte das reuniões organizadas no Parlamento Europeu consiste agora em «reuniões interparlamentares de comissões», organizadas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu com o apoio da Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais. Os parlamentos nacionais também são, por vezes, convidados para debates sobre pontos específicos da ordem do dia de uma reunião regular de comissões.

Em virtude das eleições europeias, em 2014 foram organizadas apenas seis reuniões interparlamentares oficiais no Parlamento Europeu. Três delas foram reuniões que têm lugar todos os anos como, por exemplo, a Semana Parlamentar Europeia, a já consagrada reunião da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros que celebra o Dia Internacional da Mulher, e a troca anual de pontos de vista da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do PE com os parlamentos nacionais sobre o projeto de relatório relativo ao ciclo do Semestre Europeu, que decorre durante uma reunião regular de comissões.

Além disso, em fevereiro de 2014, os então vice-presidentes do Parlamento Europeu para as relações com os parlamentos nacionais, Miguel Ángel Martínez e Othmar Karas, organizaram um fórum parlamentar sobre «EU Parliaments in global governance» (Parlamentos da UE no quadro da governação global) e, em março de 2014, foi organizada uma reunião conjunta de comissões pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, com a sua homóloga do Parlamento grego, sobre as futuras prioridades neste domínio de intervenção. Em dezembro de 2014, a Comissão dos Assuntos Externos convidou deputados dos parlamentos nacionais para um debate sobre «The EU external action agenda - Western Balkans» (A agenda da UE para a ação externa - Balcãs Ocidentais).

Em 2015, na sequência da constituição das comissões do Parlamento Europeu após as eleições, a cooperação interparlamentar foi intensificada, tendo sido organizadas nada menos do que 16 reuniões com parlamentos nacionais nesse ano. É o segundo número mais elevado dos últimos anos, apenas ultrapassado em 2013 quando se organizaram 17 reuniões, e é um sinal da importância atribuída pelo Parlamento Europeu ao diálogo com os seus homólogos nacionais.

Além das já consagradas reuniões supramencionadas, várias comissões organizaram debates com os parlamentos nacionais pela primeira vez em muitos anos como, por exemplo, a Comissão dos Transportes e do Turismo, em outubro («RTE-T, incluindo ligações transfronteiriças») ou a Comissão da Cultura e da Educação, em dezembro («Educação e políticas de juventude»).

À semelhança de anos anteriores, a maior reunião com os parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE que teve lugar, em 2015, no Parlamento Europeu em Bruxelas, foi a Semana Parlamentar Europeia com a participação de 112 deputados de parlamentos nacionais de Estados-Membros da UE, descrita em pormenor no capítulo 2.2. do presente relatório. Em termos de participação de deputados nacionais, a esta reunião seguiu-se a reunião organizada pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, em março, para debater a conferência de Paris sobre alterações climáticas («Da COP 21 de Paris a 2015: roteiro para uma Europa inovadora, hipocarbónica e eficiente em termos de utilização de recursos») com a participação de 47 deputados nacionais e 44 deputados ao PE, a troca de pontos de vista organizada pela Comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas e outras medidas de natureza ou efeitos similares, em junho («Planeamento fiscal agressivo e controlo democrático: papel dos parlamentos»), com a participação de 39 deputados nacionais e 42 deputados ao PE, e a reunião organizada pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos em setembro, sobre «Migração (no contexto da situação no Mediterrâneo e a necessidade de uma abordagem holística)», com a participação de 37 deputados nacionais e 47 deputados ao PE.

Quanto a reuniões mais especializadas dirigidas a um público específico, destacam-se um grupo de trabalho da Comissão dos Assuntos Jurídicos sobre «Atividades transfronteiriças na UE», em fevereiro, uma audição na Comissão das Petições sobre «O Direito à Petição», em junho, e uma reunião interparlamentar organizada pela Comissão do Desenvolvimento sobre «Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio por cumprir e a aplicação dos recentemente acordados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável», em outubro.

Resumindo, as reuniões com os parlamentos nacionais organizadas no Parlamento Europeu, em Bruxelas, juntaram 279 deputados ao PE e 296 deputados nacionais em 2014 e 561 deputados ao PE e 499 deputados nacionais em 2015.

O anexo II inclui uma lista de todas as reuniões interparlamentares organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2014 e em 2015, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.

Os serviços do Parlamento Europeu também organizaram reuniões e trocas de pontos de vista com os seus homólogos das administrações dos parlamentos nacionais. Por exemplo, em janeiro de 2015, a Direção de Apoio à Democracia, que presta assistência em matéria de observação de eleições e desenvolvimento de capacidades, convocou uma reunião de representantes de parlamentos nacionais que trabalham no domínio do apoio à democracia e desenvolvimento de capacidades, em Bruxelas.

4.2. Visitas bilaterais – um formato flexível e eficiente

As visitas bilaterais oferecem a oportunidade de manter um diálogo mais informal e específico e são geralmente organizadas por iniciativa do parlamento ou câmara parlamentar nacional visitante. A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais presta um conjunto de serviços individualizados às comissões, órgãos e serviços do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, desde o aconselhamento para a elaboração de programas de reuniões mais especializados e interessantes até à disponibilização de apoio logístico, salas de reunião e serviços de interpretação.

Em virtude da realização de eleições europeias, no primeiro semestre de 2014 apenas 20 visitas de parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu foram organizadas com o apoio da Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais. No segundo semestre de 2014, registou-se um aumento súbito do número e da frequência destas visitas, a nível político e administrativo, tendo sido organizadas 31 visitas com o apoio da Direção.

Em 2015, todavia, o número de visitas organizadas com o apoio da Direção disparou para 91, sublinhando assim a crescente importância da cooperação interparlamentar. Os participantes e os temas de tais visitas são demonstrativos do grau de amplitude e profundidade que esta cooperação tem alcançado nos últimos anos: desde presidentes de parlamentos ou câmaras parlamentares nacionais - por exemplo, as visitas do presidente da Câmara de Representantes neerlandesa em setembro de 2014, do presidente do Senado francês em abril de 2015 ou do presidente da Câmara de Deputados italiana em dezembro de 2015 - até visitas de trabalho de comissões e presidentes de comissões num amplo leque de domínios de intervenção (assuntos internos, ambiente ou desenvolvimento, entre muitos mais), passando por um número elevado de visitas de representantes de parlamentos nacionais oriundos dos mais diferentes domínios da ação parlamentar.

O Anexo III disponibiliza uma lista exaustiva de todas as visitas de parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu organizadas em 2014 e 2015 com o apoio da Direção para as Relações com Parlamentos Nacionais.

4.3. Videoconferência

As videoconferências oferecem muitas oportunidades de cooperação interparlamentar. Nos últimos dois anos, a administração do Parlamento Europeu desenvolveu uma solução técnica que permite a realização de videoconferências com excelente qualidade de imagem e som e com interpretação em várias línguas.

A comunicação por videoconferência torna-se cada vez mais comum no âmbito da cooperação interparlamentar. A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais trabalha em estreita colaboração com os serviços técnicos competentes da administração do Parlamento Europeu no sentido de garantir a prestação do melhor serviço possível aos deputados e órgãos oficiais. Em 2013 e 2014, o Parlamento Europeu realizou um inquérito técnico para recolher informações sobre os sistemas de videoconferência disponíveis nos parlamentos nacionais. Os resultados do inquérito demonstraram que mais de metade das câmaras parlamentares nacionais tinha sistemas de videoconferência à sua disposição.

Esta nova tecnologia pode servir de apoio à cooperação interparlamentar de muitas formas diferentes. Por exemplo, pode permitir que os deputados se mantenham em contacto a respeito de uma determinada matéria ou organizem debates sobre temas da atualidade sem os processos morosos de preparação logística. Eis alguns exemplos práticos dos últimos dois anos:

- Os deputados italianos do Parlamento Europeu utilizaram a videoconferência para manter o contacto com o Parlamento italiano durante a preparação da Presidência italiana no segundo semestre de 2014.
- No decurso das negociações para o Mecanismo Único de Resolução bancária, em fevereiro de 2014, foi por videoconferência que a comissão de finanças do *Bundestag* alemão discutiu esta importante questão com o relator e os relatores sombra do Parlamento Europeu.
- Em outubro de 2015, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu organizou um debate com a comissão de assuntos europeus da Assembleia Nacional francesa para discutir a crise da migração.
- O Parlamento Europeu e o Parlamento neerlandês também recorreram à videoconferência para preparar a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia, em fevereiro de 2016.

São apenas alguns exemplos de como esta nova tecnologia pode complementar as formas tradicionais de cooperação interparlamentar. Embora nunca chegue a substituir por completo as reuniões presenciais, tornou-se um instrumento útil com muitas potencialidades ainda por explorar.

5. O mecanismo de alerta precoce e o diálogo político informal

O Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados da UE estabelece um mecanismo de revisão que envolve a participação dos parlamentos nacionais em propostas legislativas que não sejam da competência exclusiva da União Europeia - o denominado «mecanismo de alerta precoce». Assim, os parlamentos nacionais podem rever os projetos de atos legislativos no prazo de oito semanas a partir da sua transmissão e emitir um «parecer fundamentado» se entenderem que a proposta legislativa da UE não obedece ao princípio da subsidiariedade. O Protocolo prevê um procedimento de revisão obrigatória pela instituição emitente, geralmente a Comissão, da proposta legislativa quando os pareceres fundamentados recebidos ultrapassarem os limiares definidos (coloquialmente designados por cartões «amarelo» e «laranja»).

Além disso, o Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados da UE estabelece que os documentos de consulta (livros verdes, livros brancos e comunicações) devem ser enviados diretamente pela Comissão aos Parlamentos nacionais. Os parlamentos nacionais também emitem com frequência observações sobre esses documentos, o que no Parlamento Europeu é geralmente designado por «diálogo político informal».

Mecanismo de alerta precoce

Na maior parte dos casos, os pareceres escritos dos parlamentos nacionais sobre os projetos de atos legislativos extravasam a questão da subsidiariedade e discutem os méritos substantivos das propostas. No Parlamento Europeu, estes pareceres são designados por «contributos».

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em dezembro de 2009, a Comissão enviou mais de 500 projetos de atos legislativos aos parlamentos nacionais para apreciação nos termos do Protocolo n.º 2. Os parlamentos nacionais responderam com o envio de mais de 2 000 pareceres. Destes, apenas cerca de 300 (aproximadamente 15%) eram pareceres fundamentados que alegavam a violação do princípio da subsidiariedade, enquanto a vasta maioria (cerca de 85%) eram contributos que se ocupavam do conteúdo das propostas.

Esta situação demonstra que os parlamentos nacionais não têm utilizado este mecanismo para bloquear o processo legislativo a nível da UE. Até agora, só por duas vezes os parlamentos nacionais atingiram o limiar necessário para acionar o procedimento de revisão designado por «cartão amarelo»: em 2012, no caso da proposta «Monti II» relativa ao direito à greve, retirada posteriormente pela Comissão (embora não invocando razões de subsidiariedade) e, em 2013, no caso do procurador público europeu, em que a Comissão manteve a proposta.

O número de novos projetos de atos legislativos diminuiu significativamente em 2014 e 2015 por duas razões: o período de transição relacionado com as eleições europeias e o programa político muito específico da nova Comissão Europeia. Esta situação, por sua vez, implicou um decréscimo dos pareceres de parlamentos nacionais recebidos pelo Parlamento Europeu. Em 2014, os parlamentos nacionais transmitiram 13 pareceres fundamentados e 138 contributos, ao passo que em 2015 emitiram 8 pareceres fundamentados e 82 contributos.

Como já foi referido, nos últimos anos alguns parlamentos nacionais apresentaram propostas para melhorar o mecanismo de alerta precoce mediante, por exemplo, o prolongamento do prazo de oito semanas ou a inclusão de um controlo do princípio da proporcionalidade. O Parlamento Europeu incluiu a sua própria avaliação do mecanismo na sua resolução de 16 de abril de 2014 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais

(«Relatório Casini»). Na sua resolução, o Parlamento Europeu declarou, nomeadamente, «que o mecanismo de alerta rápido deve ser considerado e utilizado como um dos instrumentos para a cooperação efetiva entre as instituições europeias e as instituições nacionais», congratular-se com «o facto de, na prática, este instrumento também ser usado como meio de consulta e de diálogo de cooperação entre as várias instituições do sistema multinível da UE» e entender que «os pareceres fundamentados emitidos pelos parlamentos nacionais devem ser tidos em conta pelas instituições, enquanto oportunidade para adquirir uma melhor compreensão daquilo que a União deve fazer para melhor alcançar os objetivos da ação legislativa prevista e solicita à Comissão que responda de forma rápida e completa aos pareceres fundamentados e aos contributos dos parlamentos nacionais».

O anexo IV disponibiliza dados estatísticos sobre os pareceres fundamentados e os contributos recebidos ao abrigo do mecanismo de alerta precoce em 2014 e em 2015.

Diálogo político informal

Em 2014 e 2015, os parlamentos nacionais continuaram a utilizar ativamente o «diálogo político informal». Através deste canal - como o próprio nome indica, informal - enviam observações sobre ficheiros legislativos sob a competência exclusiva da União Europeia que, por essa razão, não são abrangidos pelo mecanismo de alerta precoce e sobre uma grande diversidade de documentos não legislativos ou debates em curso a nível europeu, por exemplo documentos de consulta da Comissão Europeia. Desde 2009, o Parlamento Europeu recebeu 1400 contributos dessa natureza dos parlamentos nacionais, que se encontram publicados numa base de dados na intranet do PE.

Iniciativa do Parlamento Europeu - reforma da lei eleitoral da União Europeia

Em 11 de novembro de 2015, o Parlamento Europeu aprovou uma proposta de decisão do Conselho que aprova as disposições que alteram o Ato relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal direto (2015/0907(APP)), a qual transmitiu posteriormente aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE.

Por iniciativa da Câmara de Representantes neerlandesa, um grupo de parlamentos nacionais dirigiu uma carta ao presidente do Parlamento Europeu, manifestando a sua preocupação com as deficiências de comunicação no âmbito da transmissão da proposta. Na sua resposta, o Presidente Schulz teve em conta estas preocupações e descreveu o processo de transmissão em pormenor.

Acresce que, na data de elaboração do presente relatório, já reagiram à proposta do Parlamento Europeu dezasseis parlamentos ou câmaras parlamentares nacionais: a Câmara de Deputados checa, o Senado checo, o Senado neerlandês, a Câmara de Representantes neerlandesa, o Parlamento finlandês, a Assembleia Nacional francesa, o Senado francês, a Câmara do Parlamento irlandês (*Houses of the Oireachtas*), o Parlamento lituano, a Câmara de Deputados luxemburguesa, a Câmara Baixa do Parlamento polaco e o Senado polaco, a Câmara de Deputados romena, o Parlamento sueco, a Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lordes do Reino Unido.

Na sua resposta aos parlamentos nacionais, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, agradeceu os contributos enviados, confirmando ter encaminhado os mesmos para a comissão competente e realçando a sua convicção de que constituiriam um dado importante a ser ponderado nesta matéria. O presidente escreveu que seria promovido um diálogo aberto sobre este importante tema na sessão relativa ao «Reforço da União Europeia», na

Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE a realizar no Luxemburgo, de 22 a 24 de maio de 2016, e salientou que ele e os seus colegas gostariam de prosseguir o valioso diálogo sobre esta matéria com os parlamentos nacionais nos meses que se seguiriam.

6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede

6.1. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)

No sítio Web do Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX), os parlamentos da União Europeia trocam informações e documentos relacionados com a UE. Constituído em resposta a uma recomendação da Conferência dos Presidentes da UE de 2000 em Roma, foi inaugurado na Conferência dos Presidentes da UE de 2006 em Copenhaga. Desde então, os parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE, os países candidatos e o Parlamento Europeu têm contribuído com a introdução na plataforma de informações relativas a questões da UE. No seguimento da entrada em vigor do Tratado de Lisboa em dezembro de 2009, foi lançado um sítio Web atualizado em junho de 2011, que visa responder aos novos desafios que se perfilam no horizonte.

Nos últimos dois anos, a rede IPEX consolidou a sua posição de instrumento essencial na cooperação interparlamentar. Os pequenos desenvolvimentos constantemente introduzidos aumentam a fiabilidade do IPEX enquanto base de dados e enquanto rede de intercâmbio de informação entre os parlamentos da UE. Tem sido prestada especial atenção ao trabalho em rede e aos utilizadores da plataforma IPEX. Neste âmbito, foram promovidos encontros promocionais em alguns parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu, tendo sido realizada a primeira Conferência de Utilizadores do IPEX, em Copenhaga, em janeiro de 2015.

Estes dois anos também assistiram a duas Presidências do IPEX, pelo Parlamento lituano e pela Câmara de Deputados italiana, respetivamente. As duas Presidências destacaram-se pelas novas Orientações IPEX aprovadas na Conferência dos Presidentes da UE de abril de 2015, em Roma, pela primeira Conferência de Utilizadores do IPEX em Copenhaga, pelo debate sobre o papel desta plataforma e por várias melhorias do sítio Web. As novas Orientações introduziram a presidência rotativa do Conselho, dando assim a todos os parlamentos e câmaras parlamentares a possibilidade de presidir ao Conselho e de reforçar o sentimento de pertença ao projeto comum do IPEX.

O debate sobre o papel desta plataforma teve início durante a Presidência lituana do IPEX. O consenso geral ditava que o intercâmbio de informação deveria ser alargado a todas as atividades da UE e que o elemento de trabalho em rede deveria ser melhorado através de todos os instrumentos disponíveis na plataforma IPEX como, por exemplo, os fóruns «ad hoc» e a secção «Notícias dos Parlamentos». Nas reuniões anuais de 2014 e 2015, os secretários-gerais dos parlamentos da UE apoiaram e reconheceram os esforços envidados por todos os parlamentos para tornar a rede IPEX um instrumento parlamentar fidedigno.

A Conferência de Utilizadores do IPEX demonstrou a importância das atividades promocionais realizadas junto dos funcionários e das comissões parlamentares. Neste contexto, o papel dos correspondentes revelou-se essencial. Tendo isso em mente, a reunião anual dos correspondentes realizada em Viena, em novembro de 2015, foi maioritariamente dedicada à melhoria e ao aperfeiçoamento do trabalho em rede, bem como a formas de

desenvolver e pôr em prática as conclusões da Conferência dos Presidentes da UE de 2015 e as sugestões de melhoria decorrentes da Conferência de Utilizadores em Copenhaga.

Neste momento, a rede IPEX publica mais de 70 000 páginas de parlamentos nacionais, guardando informações de escrutínio relativas a mais de 10 000 documentos produzidos pelas instituições da UE e ligados a quase 8 500 dossiês. Em 2015, o número total de documentos legislativos e não legislativos registados na rede IPEX era de 805 (2014: 933).

Em 2015, o sítio Web da rede IPEX foi consultado por 234 480 visitantes individuais. Apesar de representar um decréscimo em relação a 2014, ultrapassa largamente os níveis registados em 2012 e 2013 (2014: 281 592; 2013: 201 538; 2012: 70 505). O número de páginas visitadas em 2015 - quase 7 milhões - seguiu o mesmo padrão de crescimento observado em 2012 e 2013, tendo sido excedido apenas pelos resultados recorde do ano passado (2014: 10 515 505 páginas visitadas; 2013: 5 364 448; 2012: 4 969 713).

6.2. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

Gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o centro tem como membros 66 câmaras parlamentares (incluindo 41 na União Europeia) de 54 países e instituições europeias. Quase 120 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para as principais atividades do CEIDP, que consistem numa intensa troca de informações e de boas práticas.

Nos últimos dois anos, o CEIDP tem sido a única fonte de informação comparativa na Europa. As principais atividades do CEIDP consistem em seminários e pedidos de comparação sobre matérias legislativas e parlamentares. Os seminários do CEIDP são organizados pelos parlamentos participantes e têm normalmente lugar cinco a seis vezes por ano. O Secretariado do CEIDP, integrado na Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais do PE, forneceu apoio logístico permanente à organização de eventos.

Em abril de 2015, o Parlamento Europeu organizou, pela primeira vez em muito tempo, um seminário do CEIDP. A Direção-Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico, a Direção-Geral da Comunicação e a Presidência organizaram, em conjunto, a 13.^a edição do seminário «Parli@ments on the Net» subordinado ao tema «Communication, digitalisation of processes and transparency in Parliaments» (Comunicação, transição digital de processos e transparência nos parlamentos). O evento contou com a participação de mais de 80 peritos dos parlamentos nacionais e obteve uma reação muito positiva.

Quanto aos pedidos comparativos, em 2014 os deputados aos parlamentos do CEIDP submeteram à rede um total de 268 pedidos sobre matérias legislativas e parlamentares. Este número foi ultrapassado em 2015, com um total de 287 pedidos que quase superou o recorde obtido em 2012. Em 2014, estes pedidos desencadearam 6 606 respostas, ao passo que em 2015 a taxa de resposta fez 6 530 contributos. Além de confirmarem a necessidade constante de informação sentida pelos deputados e pelos serviços dos parlamentos, estes números significam também um volume de trabalho importante para a rede.

O Parlamento Europeu é o principal contribuidor financeiro do CEIDP, no que diz respeito a pessoal, reembolso de despesas de viagem de alguns membros do Parlamento e gestão do

sítio Web do CEIDP. Em contrapartida, o Parlamento Europeu depende fortemente da rede para fazer face às necessidades de informações e boas práticas dos seus serviços.

A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, no papel de facilitador, presta apoio ao respetivo serviço na elaboração dos pedidos. Em 2014, submeteu cinco pedidos à rede, incluindo dois sobre boas práticas existentes em parlamentos em matéria de grupos de interesses (*lobbying*). O ano de 2015 registou um aumento expressivo dos pedidos do Parlamento Europeu, num total de 13 pedidos. Esta evolução deve-se a uma maior sensibilização do Plenário e ao uso constante de serviços do CEIDP por alguns clientes principais. Dos 13 pedidos, dois diziam respeito ao controlo de interesses financeiros dos deputados ao PE e dois estavam relacionados com o processo de levantamento da respetiva imunidade. Os pedidos relativos a métricas e planeamento estratégico nos parlamentos foram apresentados no contexto do programa do quadro de execução estratégica. O pedido recebido sobre a avaliação de impacto nos parlamentos é considerado um contributo para a «conclusão do ciclo legislativo». O pedido relativo a aspetos jurídicos da robótica pode ser entendido como a tentativa de identificar outros parlamentos da União Europeia que trabalham em matérias similares para estabelecer um intercâmbio de informações mais exaustivo.

Além disso, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais foi contactada, em vários casos, por outros serviços do Parlamento Europeu, a fim de prestar informações sobre os parlamentos nacionais a partir de dados armazenados no sítio web do CEIDP.

Em 2014, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais coordenou 21 respostas do Parlamento Europeu a pedidos de outros parlamentos, sobretudo em matérias administrativas e processuais. Em 2015, foram dados 20 contributos, mais uma vez sobre uma grande diversidade de temas.

Paralelamente, o desenvolvimento do sítio Web do CEIDP foi reforçado. Em 2014, este trabalho centrou-se principalmente na aplicação dos resultados do «Comparative Parliamentary Data Project» (Projeto comparativo de dados parlamentares). A partir de 2015, as novas «Parliamentary Factsheets» (Fichas técnicas parlamentares) para cada parlamento passaram a reunir num único local todos os principais dados, contactos e atividades de pedido e reposta disponíveis. Deste modo, é possível ter acesso a informações sobre um parlamento que não podem ser obtidas de outra forma.

«Spotlight on Parliaments in Europe»

Em 2014, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais lançou um novo serviço de informação intitulado «Spotlight on Parliaments in Europe» (Parlamentos da Europa Em Foco). Esta iniciativa tem por objetivo explorar melhor a riqueza de informação disponível na base de dados de pedidos do CEIDP e informar não só os deputados mas também outros grupos específicos do Parlamento Europeu sobre questões estreitamente relacionadas com o trabalho que têm em curso. O «Spotlight» resume os resultados de pedidos selecionados de comparação que foram comunicados entre parlamentos do CEIDP. Desde outubro de 2014, foram publicadas 8 edições com quatro páginas, no máximo, sobre questões como os direitos de participação dos deputados ao PE no respetivo parlamento nacional ou as listas de países de origem seguros ao abrigo das leis de asilo nos Estados-Membros da União. As reações recolhidas no lançamento do projeto foram positivas e animadoras.

O anexo V disponibiliza a lista das reuniões do CEIDP, os pedidos comparativos emitidos pelo Parlamento Europeu e a lista das edições do «Spotlight on Parliaments in Europe» publicadas em 2014 e em 2015.

6.3. Outros instrumentos

A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu desenvolve um trabalho constante no intuito de melhorar os instrumentos colocados à disposição dos deputados e dos funcionários do PE para efeitos de intercâmbio de informação e de cooperação com os parlamentos nacionais. Seguem-se alguns exemplos do trabalho realizado pela Direção em 2014 e em 2015.

Connect - a base de dados de documentos dos parlamentos nacionais

A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais gere a base de dados Connect na intranet do Parlamento Europeu, onde estão guardados todos os documentos relacionados com a UE que os parlamentos nacionais transmitiram oficialmente ao Parlamento Europeu desde 2010.

Neste momento, os deputados, assistentes, grupos políticos, secretariados de comissões e outros funcionários do Parlamento Europeu, bem como os representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas, têm acesso à base de dados na intranet do Parlamento Europeu em <http://www.connect.ep.parl.union.eu>.

Em 2014, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais lançou um importante projeto de TI para a migração da base de dados Connect da intranet do Parlamento Europeu para o sítio web de acesso público <http://www.europarl.europa.eu/relnatparl>. Está previsto que a nova base de dados fique disponível no fim de 2016 ou no início de 2017.

Programas de apoio ao «Parlamento na Presidência»

O Parlamento Europeu promove continuamente a cooperação alargada entre a sua administração e as administrações dos parlamentos nacionais. Todavia, na fase de preparação da dimensão parlamentar de cada Presidência, a cooperação e o intercâmbio interparlamentares intensificam-se. Sempre que o parlamento de um país que detém, pela primeira vez, a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia solicita, por escrito, a assistência do Parlamento Europeu para a preparação das suas atividades no contexto da dimensão parlamentar da Presidência, o Parlamento Europeu pode contribuir para os custos do programa, repartindo-os com o parlamento em questão, dentro dos limites da boa gestão financeira.

Em 2014/2015, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais prestou um apoio dessa natureza aos parlamentos da Letónia e da Eslováquia. Tendo em vista contribuir para o sucesso da dimensão parlamentar da Presidência letã, foram organizadas várias visitas de deputados e visitas de estudo de peritos do Parlamento da Letónia, aos serviços e comissões do Parlamento Europeu. Além disso, o Parlamento Europeu acordou o destacamento de um funcionário letão do Parlamento Europeu para o Secretariado da COSAC, como representante da Presidência letã da COSAC, durante um mandato de 18 meses.

Em novembro de 2015, foram organizadas atividades idênticas para deputados e funcionários parlamentares em preparação da futura Presidência eslovaca. Tendo em conta a experiência anterior de destacamento que demonstrou ser proveitosa e mutuamente benéfica, o Parlamento Europeu aceitou o pedido do parlamento da Eslováquia de destacamento de um

funcionário eslovaco do Parlamento Europeu para o Secretariado da COSAC, durante a Presidência eslovaca da COSAC.

Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)

Gerido pelo Parlamento Europeu, o Diretório de correspondência entre comissões (CorCom) é uma base de dados única e de fácil utilização que contém informações sobre todas as comissões dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

Apesar da intensificação da cooperação interparlamentar nos últimos anos, por vezes ainda se revela difícil identificar o contacto certo nas 41 câmaras parlamentares nacionais. Por esta razão, em 2014, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais procedeu à completa remodelação do antigo «Diretório de correspondência entre comissões» e relançou este instrumento de pesquisa único e fácil de utilizar.

Os deputados, assistentes, grupos políticos, secretariados de comissões e outros funcionários do Parlamento Europeu têm, agora, acesso ao novo Diretório na intranet do Parlamento Europeu em <http://www.corcom.ep.parl.union.eu>, onde podem obter rapidamente uma lista de todas as comissões de parlamentos nacionais cujo mandato corresponda a uma determinada comissão do Parlamento Europeu, incluindo os nomes dos presidentes, os dados de contacto do secretariado, as hiperligações para os sítios Web das comissões, entre outras informações.

A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais está incumbida da gestão do Diretório, mas os dados são fornecidos pelos representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas. Embora tenham sido desenvolvidos todos os esforços para identificar as comissões dos parlamentos nacionais que melhor correspondem às comissões do Parlamento Europeu, importa salientar que nem sempre as competências das comissões parlamentares são diretamente comparáveis.

Os representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas podem aceder ao Diretório a partir dos computadores instalados nos respetivos gabinetes no Parlamento Europeu.

Como sempre, em matéria de cooperação interparlamentar, o objetivo é juntar as pessoas certas para debater o tema certo no momento certo.

Representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas

A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais acolhe os representantes dos parlamentos nacionais colocados em Bruxelas e disponibiliza-lhes gabinetes, salas de reunião e infraestruturas de TI. Neste momento, todos os Estados-Membros têm um representante do respetivo parlamento em Bruxelas. Está disponível uma lista atualizada dos representantes em «National Parliament contacts»:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/about/contacts.html>.

ANEXOS

ANEXO I - Reuniões da COSAC - Temas e principais oradores

Evento	Temas	Principais oradores/intervenientes
<p>Reunião dos Presidentes da COSAC Atenas, 26-27 de janeiro de 2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reaproximar a Europa dos seus cidadãos: o papel das instituições • Troca de pontos de vista sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais • Prioridades da Presidência grega do Conselho da União Europeia 	<ul style="list-style-type: none"> • Maroš Šefčovič, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações interinstitucionais e administração • Carlo Casini, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, relator do PE sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais • Evangelos Venizelos, vice-primeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Helénica
<p>Reunião plenária da LI COSAC, Atenas, 15-17 de junho de 2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto da situação da Presidência grega do Conselho da União Europeia • Desafios para a UE: a crise na Ucrânia • Legitimidade democrática e liderança europeia: o dia seguinte às eleições europeias • Reunião do Women's Forum da COSAC <ul style="list-style-type: none"> - O capital das mulheres no contexto da crise económica e financeira - Crise económica e financeira: o impacto nas mulheres - Integração da perspectiva de género na estratégia de crescimento da UE • Repensar a estratégia europeia para o emprego • Investir nos jovens europeus: a solução para sair da crise económica • Garantia para a Juventude: melhores práticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Antonis Samaras, primeiro-ministro da Grécia • Elmar Brok, presidente da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu • Miguel Angel Martínez Martínez, vice-presidente do Parlamento Europeu, responsável pelas relações com os parlamentos nacionais, Constantinos Tassoulas, deputado, presidente do Instituto para a democracia Konstantinos Karamanlis da Grécia • Aikaterini Sidiropoulou-Papakosta, presidente da Comissão Permanente Especial da Igualdade, Juventude e Direitos Humanos do Parlamento da Grécia • Marija Aušrinė Pavilionie, deputada ao Parlamento da Lituânia, coordenadora do Women's Forum da COSAC • Lászlo Andor, Comissário para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão • Paulo Mota Pinto, presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Assembleia da República, Portugal • Silvia Modig, deputada ao Parlamento da Finlândia • Zanda Kalnina-Lukaševica, presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Parlamento

	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a criatividade e o empreendedorismo jovem 	da Letónia
Reunião dos Presidentes da COSAC Roma, 17-18 de julho de 2014	<ul style="list-style-type: none"> • Prioridades da Presidência italiana e perspetivas para a União Europeia após as eleições europeias • Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020 	<ul style="list-style-type: none"> • Sandro Gozi, subsecretário de Estado junto da Presidência do Conselho de Ministros responsável pelos Assuntos Europeus, Maroš Šercovic, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas Relações Interinstitucionais e Administração • Graziano Delrio, subsecretário de Estado junto da Presidência do Conselho de Ministros responsável pelas políticas de coesão regional e desporto, Johannes Hahn, Comissário da UE para a Política Regional
LII COSAC Roma, 30 de novembro - 2 de dezembro de 2014	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto da situação da Presidência italiana do Conselho da União Europeia • O futuro da democracia supranacional 5 anos após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa: Qual é o papel das instituições europeias e dos parlamentos nacionais? • Revisão da Estratégia Europa 2020: crescimento, emprego, competitividade • Perspetivas de integração europeia: Papel global da União Europeia e projeção das suas políticas no Mediterrâneo e na Europa de Leste • Controlo democrático das agências europeias 	<ul style="list-style-type: none"> • Matteo Renzi, presidente do Conselho de Ministros italiano • Frans Timmermans, primeiro vice-presidente, Comissão Europeia, Danuta Maria Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Lord Timothy Boswell, presidente do Comité Restrito da UE, House of Lords do Reino Unido, Marc Angel, presidente da Comissão de Assuntos Externos e Europeus, Chambre des Députés do Luxemburgo • Pier Carlo Padoan, ministro da Economia e Finanças italiano, Danielle Auroi, presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Assemblée nationale de França, Gunther Krichbaum, presidente da Comissão de Assuntos da União Europeia, Bundestag da Alemanha, Juan Moscoso Del Prado, membro da Comissão de Finanças e da Comissão de Assuntos Externos, Cortes Generales de Espanha • Ramón Luis Valcárcel Siso, vice-presidente, Parlamento Europeu, Claudio Martini, membro da Comissão de Políticas da UE, Senato della Repubblica de Itália, Lolita Čigane, presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Saeima da Letónia, Sandro Gozi, subsecretário de Estado junto da Presidência do Conselho de Ministros responsável pelos Assuntos Europeus • Morten Kjerum, diretor da Agência da UE para os Direitos Fundamentais e coordenador da Rede de Agências Europeias em 2014, Sir William Cash, presidente da Comissão de Escrutínio Europeu, House of Commons do Reino Unido
Reunião dos Presidentes da COSAC Riga, 2 de fevereiro de 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Prioridades da Presidência letã do Conselho da União Europeia e perspetivas para a 	<ul style="list-style-type: none"> • Zanda Kalnina-Lukasevica, secretária parlamentar do ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Letónia, Frans

	<p>União Europeia após a eleição da nova Comissão Europeia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parceria Oriental e desafios futuros 	<p>Timmermans, primeiro vice-presidente da Comissão Europeia para Legislar Melhor, Relações Interinstitucionais, Estado de Direito e Carta dos Direitos Fundamentais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Urban Ahlin, presidente do Riksdag da Suécia, Edgars Rinkevics, ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Letónia, Ostap Semerak, primeiro presidente adjunto da Comissão de Integração Europeia do Verkhova Rada da Ucrânia
<p>Reunião plenária da LIII COSAC Riga, 31 de maio - 2 de junho de 2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto da situação da Presidência letã do Conselho da União Europeia • Política energética da União Europeia: Ponto de situação, desafios e oportunidades • Política comercial da UE para os próximos cinco anos: Foco nas negociações UE-EUA-PTCI • O futuro do escrutínio parlamentar dos assuntos da União Europeia <ul style="list-style-type: none"> - Participação dos parlamentos nacionais no processo de decisão da UE: Ponto da situação e panorâmica dos instrumentos existentes - Cartão verde: Para o reforço do diálogo político - O programa plurianual de trabalho da Comissão Europeia e o papel dos parlamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Laimdota Straujuma, primeira-ministra da República da Letónia • Maroš Šercovic, vice-presidente da Comissão Europeia para a União da Energia, Jerzy Buzek, presidente da Comissão de Indústria, Investigação e Energia do Parlamento Europeu, Petr Hlobil, presidente da Green 10 • Cecilia Malmstrom, Comissária da UE para o Comércio, Artis Pabriks, membro da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu • Herman de Croo, deputado ao Parlamento flamengo, Gunter Krichbaum, presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Bundestag da Alemanha. • Dominic Hannigan, presidente da Comissão Conjunta de Assuntos Europeus, Houses of the Oireachtas da Irlanda, Paolo Tancredi, vice-presidente da Comissão de Políticas da UE, Camera dei Deputati di Itália. • Maria João Rodrigues, membro da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, Danielle Auroi, presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assemblée nationale de França
<p>Reunião dos Presidentes da COSAC Roma, 12-13 de julho de 2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prioridades da Presidência luxemburguesa do Conselho da União Europeia • Reforço do diálogo político através da introdução de um «cartão verde» e melhoria do procedimento de parecer fundamentado («cartão amarelo») 	<ul style="list-style-type: none"> • Nicolas Schmit, ministro do Trabalho, do Emprego e da Economia Social e Solidária • Paulo Mota Pinto, presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República de Portugal, Lord Timothy Boswell, presidente da Comissão da União Europeia da House of Lords do Reino Unido, Frans Timmermans, primeiro vice-presidente

		da Comissão Europeia para Legislar Melhor, Relações Interinstitucionais, Estado de Direito e Carta dos Direitos Fundamentais
Reunião plenária da LIV COSAC Luxemburgo, 29 de novembro - terça-feira, 1 de Dezembro de 2015.	<ul style="list-style-type: none"> • Política comum de asilo e política de migração legal • Luta contra a migração irregular e a segurança das fronteiras externas da Europa • Estratégia para um Mercado Único Digital na Europa • Política de alargamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Gaston STRONCK, diretor de Relações Económicas Internacionais e Assuntos Europeus, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Laura FERRARA, membro da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu, Jean-Pierre SCHEMBRI, Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) • Michele BORDO, presidente da Comissão de Políticas da UE da Camera dei Deputati de Itália, contra-almirante Hervé BLÉJEAN, segundo-comandante da EUNAVFOR MED • Andrus ANSIP, vice-presidente da Comissão Europeia para o Mercado Único Digital, Jean-Paul ZENS, primeiro conselheiro do Governo, Serviço de media e comunicações, Ministério de Estado do Grão-Ducado do Luxemburgo, Kalle PALLING, presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Riigikogu da Estónia, Angelika MLINAR, deputada ao Parlamento Europeu • Simon MORDUE, Diretor de «Estratégia e Turquia», DG NEAR, Comissão Europeia, Kamal Izidor SHAKER, presidente da Comissão de Assuntos da UE do Drzavni zbor da Eslovénia, Gunther KRICHBAUM, presidente da Comissão de Assuntos da UE do Bundestag da Alemanha

ANEXO II - Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas

2014

Comissão PE	Evento	Participação de			
		Parlamentos nacionais			PE
		Membros	Parlamentos	Câmaras parlamentares	Membros
ECON/ EMPL/ BUDG	20-22 de janeiro <u>Semana Parlamentar Europeia:</u> Conferência Interparlamentar sobre Governação Económica da União Europeia (artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação (TECG))* Os Ciclos do Semestre Europeu de 2013 e de 2014	136	28	41	58
	18 de fevereiro <u>Fórum Parlamentar</u> organizado por Miguel Angel Martínez e Othmar Karas, vice-presidentes do Parlamento Europeu para as relações com os parlamentos nacionais: «Os Parlamentos da UE no quadro da governação mundial»	28	15	16	8
FEMM	5 de março <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Prevenir a violência contra as mulheres - um desafio para todos»	34	20	22	8
LIBE	19 de março <u>Reunião conjunta de comissões:</u> «Futuras prioridades no domínio das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos	37	24	19	60
ECON	23 de setembro <u>«Troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais:</u> «O ciclo do Semestre Europeu de 2014»	18	9	11	47
AFET	1-2 de dezembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «A agenda da ação externa da UE - Balcãs Ocidentais»	43	27	34	98

2015

Comissão PE	Evento	Participação de			
		Parlamentos nacionais			PE
		Membros	Parlamentos	Câmaras parlamentares	Membros
ECON/ EMPL/ BUDG	2-4 de fevereiro <u>Semana Parlamentar Europeia:</u> Os Ciclos do Semestre Europeu de 2014 e de -2015 Conferência nos termos do artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária*	112	28	42	73
LIBE	23-24 de fevereiro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Pacote "Fronteiras Inteligentes": Desafios europeus, experiências nacionais, os próximos passos»	25	16	20	40
JURI	26 de fevereiro <u>Workshop:</u> «Fórum de direito civil e justiça: Atividades transfronteiriças na UE - Facilitar a vida aos cidadãos»	11	11	11	5
FEMM	5 de março <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Empoderamento das mulheres e das raparigas através da educação»	34	17	26	16
ENVI	30 de março <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u>	47	21	27	44

	«Da COP 21 de Paris a 2015: um roteiro para uma Europa inovadora, hipocarbónica e eficiente em termos de utilização de recursos»				
AFET	4-5 de maio <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Revisão da política europeia de vizinhança - Perspetivas no Conselho Europeu de junho de 2015 sobre Defesa»	35	20	26	48

Comissão PE	Evento	Participação de			
		Parlamentos nacionais			PE
		Membros	Parlamentos	Câmaras parlamentares	Membros
LIBE	28-29 de maio <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Conferência sobre a supervisão democrática dos serviços de informações secretas da UE»	34	17	21	36
TAXE	17 de junho <u>«Troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais:</u> «Planeamento fiscal agressivo e controlo democrático: o papel dos parlamentos»	39	18	20	42
PETI	23 de junho <u>Audição com os parlamentos nacionais:</u> «O direito de petição»	7	6	6	18
ECON	15 de setembro <u>«Troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais:</u> «O ciclo do Semestre Europeu de 2015»	18	11	12	32
LIBE	23 de setembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Migração (no contexto da situação no Mediterrâneo e a necessidade de uma abordagem holística)»	37	17	19	47
TRAN	13 de outubro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «RTE-T, incluindo ligações transfronteiriças»	30	14	17	23
DEVE	13 de outubro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio por cumprir e a aplicação dos recentemente acordados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável»	12	7	8	17
AFET	10 de novembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Guerras por procuração na região MENA e seguimento do Conselho Europeu de junho sobre Defesa, incluindo a estratégia global da UE para a política externa e de segurança»	20	13	16	71
AFCO	19 de novembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «A futura evolução institucional da União: o reforço do diálogo político entre o PE e os parlamentos nacionais e o reforço do controlo do executivo a nível europeu»	20	13	14	26
CULT	3 de dezembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Educação e política para a juventude»	18	11	12	23

* Esta lista menciona as Conferências Interparlamentares pelos títulos utilizados nos programas oficiais da reunião na respetiva data. Em 10 de novembro de 2015, a Conferência Interparlamentar adotou o seu Regimento que declara: «A Conferência nos termos do artigo 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária deverá designar-se "Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica", adiante Conferência Interparlamentar sobre ECGE»

ANEXO III - Visitas dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu

A seguinte lista menciona todas as visitas ao Parlamento Europeu que foram organizadas com o apoio da Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, bem como as videoconferências entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais também organizadas com o seu apoio. Não se trata de uma lista exaustiva de todas as visitas de deputados ou funcionários dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu.

Salvo indicação explícita em contrário, todas as informações estão relacionadas com visitas a nível político (por exemplo «Comissão de Assuntos Europeus» faz referência a uma visita de membros da Comissão de Assuntos Europeus», enquanto «Funcionários da Comissão de Desenvolvimento Regional» se refere a uma visita a nível de membros do pessoal).

2014

Data	País/Câmara	Comissão/Outros
08/01/2014	UK - Câmara dos Lordes	Comité Restrito
08/01/2014	IE - Câmara do Parlamento irlandês	Comissão do Trabalho, Empresa e Inovação
20/01/2014	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão de Assuntos Internos
21/01/2014	SE - Parlamento	Comissão da Segurança Social
22/01/2014	FI - Parlamento	Funcionários de secretaria de Comissão
28/01/2014	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão de Assuntos Internos
11/02/2014	IE - Câmara do Parlamento irlandês	Comissão conjunta de Assuntos da UE
11/02/2014	UK - Câmara dos Comuns	Comissão da Auditoria Ambiental
17/02/2014	NL - Segunda Câmara	Visita de um deputado ao parlamento
20/02/2014	UK - Câmara dos Comuns	Funcionários
05/03/2014	IT - Senado IT - Câmara dos Deputados	Comissão de Assuntos Externos (videoconferência) Comissão de Assuntos Europeus (videoconferência)
27/28 -03-2014	DK - Parlamento	Funcionários do secretariado da Comissão de Assuntos da UE
01/04/2014	DK - Parlamento	Visita de Eva Kjer Hansen, presidente da Comissão de Assuntos da UE
03/04/2014	SE - Parlamento	Delegação de deputados ao parlamento
03/04/2014	UK - Câmara dos Comuns	Funcionários
15/05/2014	AT - Conselho Nacional	Funcionários do Parlamentsdirektion
05/06/2014	AT - Conselho Nacional	Visita do Chefe do serviço jurídico, legislativo e de investigação do Parlamentsdirektion
23/06/2014	UK - Câmara dos Lordes	Visita de familiarização com as instituições da UE (funcionários)
25/06/2014	UK - Westminster Foundation for Democracy	Delegação de funcionários da Assembleia Legislativa do Leste Africano - EALA
27/06/2014	LV - Parlamento	Preparação da Presidência letã (videoconferência)
08/09/2014	NL - Segunda Câmara	Visita de Anouchka van Miltenburg, presidente
11/12-09-2014	AT - Conselho Nacional	Funcionários do Serviço de Visitantes e Eventos do Parlamentsdirektion
24/25-09-2014	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão Económica e Financeira da UE
30/09/2014	SE - Parlamento	Funcionários da Comissão de Defesa e da Comissão de Indústria e Comércio
01/02-10-2014	DK - Parlamento	Funcionários do Secretariado da Comissão
06/07-10-2014	DK - Parlamento	Funcionários do Secretariado da Comissão
09/10/2014	LV - Parlamento	Visita de Zanda Kalniņa – Lukaševica, presidente da Comissão de Assuntos da UE
15/10/2014	EE - República da Estónia	Visita de Toomas Hendrik Ilves, presidente da

		República da Estónia
31/10/2014	NL - Segunda Câmara	Funcionários
03/04 -11-2014	FI - Parlamento	Delegação de deputados ao parlamento
04/05-11-2014	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão do Mercado Interno
10/11/2014	NL - Segunda Câmara	Funcionários
11/12-11-2014	Conselho Nórdico	Comissão do Ambiente
12/13-11-2014	UK - Câmara dos Lordes	Funcionários
13/11/2014	SE - Parlamento	Funcionários do Secretariado da Comissão
13/11/2014	UK-IE - Assembleia Parlamentar Britânico-Irlandesa	Comissão dos Assuntos Europeus
13/14-11-2014	UK - Câmara dos Comuns	Funcionários da Comissão de Desenvolvimento Regional
17/18-11-2014	IE - Câmara do Parlamento irlandês	Funcionários
18/19-11-2014	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão de Assuntos Internos, Saúde e Educação
19/11/2014	FR - Assembleia Nacional	Comissão de Defesa e Comissão de Assuntos Jurídicos
19/20-11-2014	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Externos
19/20-11-2014	UK - Câmara dos Comuns	Comissão do Ambiente, da Alimentação e dos Assuntos Rurais
19/20-11-2014	CZ - Câmara dos Deputados	Comissão Eleitoral
03/12/2014	IT - Câmara dos Deputados	Visita de Rosy Bindi, presidente, e de outros deputados da Comissão de Inquérito Parlamentar Antimáfia
04/12/2014	SE - Parlamento	Funcionários da Unidade de Informação da UE
09/12/2014	IT - Câmara dos Deputados	Comissão de Inquérito sobre resíduos
09/12/2014	LV - Parlamento	Visita dos presidentes das Comissões do Orçamento, Assuntos Sociais, Assuntos Europeus e Economia
09/12/2014	Assembleia Nacional	Delegação de deputados ao parlamento
11/12/2014	DE - Parlamento Federal	Comissão de Assuntos da UE
12/12/2014	NL - Segunda Câmara	Funcionários
12/12/2014	PL - Câmara Baixa do Parlamento	Delegação de deputados ao parlamento

2015

Data	País/Câmara	Comissão/Outros
19/01/2015	DK - Parlamento	Funcionários
19/01/2015	LV - Parlamento	Comissão dos Assuntos Europeus
20/01/2015	FR - Senado	Visita de Jean Bizet, presidente, e de Simon Sutour, vice-presidente da Comissão de Assuntos da UE
21/01/2015	NL - Segunda Câmara	Visita de um deputado ao parlamento
21/01/2015	CY - Câmara dos Representantes	Comissão dos Refugiados- Pessoas Escravizadas-Desaparecidos-adversamente afetadas
21/01/2015	FR - Assembleia Nacional	Delegação de deputados ao parlamento
21/22-01-2015	NL - Segunda Câmara	Comissão de Infraestrutura e Ambiente
21/22-01-2015	FI - Parlamento	Delegação de deputados ao parlamento
22/01/2015	UK - Câmara dos Comuns	Comissão de Contas Públicas
22/01/2015	Conselho Nórdico	Delegação de deputados ao parlamento
26/01/2015	FR - Assembleia Nacional	Visita de Danielle Auroi, presidente da Comissão de Assuntos Europeus
26/01/2015	IT - Senado e Câmara dos Deputados	Funcionários
28/01/2015	UK - Câmara dos Comuns	Energia e alterações climáticas
28/01/2015	ES - Cortes Gerais	Delegação de deputados ao parlamento
28/29-05-2015	HU - Assembleia Nacional	Funcionários
02/02/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Externos
04/02/2015	DE - Parlamento Federal	Comissão de Desporto

05/02/2015	FR - Senado e Assembleia Nacional	Delegação de deputados ao parlamento
16/17-02-2015	AT - Conselho Nacional	Funcionários
25/02/2015	IE - Câmara do Parlamento irlandês	Comissão Conjunta da Justiça, Defesa e Igualdade
02/04-03-2015	PL - Câmara Baixa do Parlamento	Funcionários do Gabinete de Correspondência e Informação da Chancelaria
03/03/2015	UK - Câmara dos Comuns e Câmara dos Lordes	Reunião tripartida entre membros das Câmaras do Reino Unido e deputados britânicos ao PE
04/03/2015	DE - Parlamento Federal	Comissão dos Transportes
05/03/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão para reflexão sobre lei e liberdades na era digital
11/03/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Europeus
17/03/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão Económica
17/03/2015	SE - Parlamento	Comissão da Defesa
23/03/2015	NL - Segunda Câmara	Comissão de Finanças
23/03/2015	SE - Parlamento	Assembleia da União para o Mediterrâneo
24/03/2015	FR - Senado	Comissão dos Assuntos Europeus
24/03/2015	SE - Parlamento	Comissão de Assuntos da UE
30/03/2015	NL - Segunda Câmara	Visita de Anouchka van Miltenburg, presidente
30/03/2015	FR - Assembleia Nacional	Visita de Elisabeth Guigou, presidente da Comissão de Assuntos Externos
06/04/2015	DE - Parlamento Federal	Comissão do Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear
13/14-04-2015	UK - Câmara dos Comuns	Funcionários da Biblioteca
14/04/2015	Assembleia Nacional	Visita de Kamal Izidor Shaker, presidente da Comissão de Assuntos da UE; Uršula Zore Tavčar, secretária-geral e Jerneja Bergoč, secretária-geral adjunta; Membros do Parlamento
16/04/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Europeus
16/04/2015	UK - Câmara dos Comuns	Funcionários
20/04/2015	NL - Segunda Câmara	Comissão de Infraestrutura e Ambiente
22/04/2015	DK - Parlamento	Delegação de deputados ao parlamento da Dinamarca/Gronelândia
24/04/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Sociais
28/04/2015	FR - Senado	Visita de Gérard Larcher, presidente
04/05/2015	DE - Parlamento Federal	Delegação de deputados ao parlamento
06/05/2015	IT - Senado	Comissão de Assuntos da UE (videoconferência)
07/05/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão de Assuntos Económicos
12/05/2015	IE - Câmara do Parlamento irlandês	Funcionários
12/05/2015	SE - Parlamento	Comissão da Constituição
12/13-05-2015	HU - Assembleia Nacional	Funcionários da Comissão de Assuntos Culturais
13/05/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Jurídicos
18/05/2015	FR - Senado	Delegação de deputados ao parlamento
19/20-05-2015	SE - Parlamento	Funcionários de gabinetes governamentais
26/28-05-2015	RO - Câmara dos Deputados	Visita de Cristian-Adrian Panciu, secretário-geral
28/29-05-2015	UK - Câmara dos Comuns	Visita de familiarização com as instituições da UE (funcionários)
15/06/2015	SE - Parlamento	Comissão de Transportes e Comunicações
23/06/2015	DE - Parlamento Federal	Comissão de Turismo
23/24-06-2015	DE - Parlamento Federal	Comissão dos Assuntos Jurídicos
30/06/2015	IT - Senado	Delegação de administradores
02/07/2015	SK - Conselho Nacional	Visita de Daniel Guspan, secretário-geral da Chancelaria
02/07/2015	UK - Câmara dos Lordes	Comité Restrito da UE; Subcomissão de Energia e Ambiente da UE; Subcomissão do Mercado Interno da UE

06/07/2015	NL - Segunda Câmara	Visita de Anouchka van Miltenburg, presidente
07/07/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão de Assuntos da UE
14/07/2015	UK-IE - Assembleia Parlamentar Britânico-Irlandesa	Comissão Económica
16/07/2015	NL - Segunda Câmara	Comissão de Assuntos da UE
02/03-09-2015	UK - Câmara dos Lordes	Visita da Baronesa de Scott of Needham Market, deputada ao Parlamento
08/09/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão de Finanças
14/15-09-2015	FI - Parlamento	Delegação de novos deputados ao parlamento
16/17-09-2015	FI - Parlamento	Delegação de novos deputados ao parlamento
17/09/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Externos
17/09/2015	SE - Parlamento	Comissão dos Assuntos Culturais
21/09/2015	DE - Parlamento Federal	Comissão do Desenvolvimento
21/09/2015	NL - Segunda Câmara	Comissão para a UE
22/09/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão do Desenvolvimento Sustentável; Comissão de Finanças; Comissão dos Assuntos Externos
29/30-09-2015	AT - Conselho Nacional	Visita de Karlheinz Kopf, vice-presidente
29/30-09-2015	UK - Câmara dos Lordes	Visita de familiarização com as instituições da UE (funcionários)
12/13-10-2015	FI - Parlamento	Delegação de novos deputados ao parlamento
13/10/2015	FR - Assembleia Nacional	Delegação de deputados ao parlamento (videoconferência)
14/15-10-2015	FI - Parlamento	Delegação de novos deputados ao parlamento
20/10/2015	IE - Câmara do Parlamento irlandês	Funcionários do Departamento de Trabalho, Empresa e Inovação
27/10/2015	NL - Segunda Câmara	Visita de Mark Harbers, presidente de Delegação (videoconferência)
10/11/2015	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão do Mercado Interno da UE
10/11/2015	SE - Parlamento	Comissão de Saúde e Bem-Estar
12/11/2015	SE - Parlamento	Funcionários do Secretariado da Comissão
16/11/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Sociais
18/19-11-2015	RO - Senado	Visita de Ovidiu Liviu Dontu, presidente, e outros deputados da Comissão de assuntos constitucionais, liberdades civis e acompanhamento da aplicação de decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
25/26-11-2015	CZ - Senado	Delegação de deputados ao parlamento
30/11/2015	NL - Segunda Câmara	Visita de Anouchka van Miltenburg, presidente
02/12/2015	EE - Parlamento	Comissão de Assuntos da UE
02/12/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão de Assuntos Económicos
07/12/2015	FR - Assembleia Nacional	Comissão de Finanças
07/08-12-2015	IT - Câmara dos Deputados	Visita de Laura Boldrini, presidente
08/12/2015	DE - Parlamento Federal	Comissão da Infância

ANEXO IV - Dados sobre o mecanismo de alerta precoce

A Comissão dos Assuntos Jurídicos, responsável por questões relacionadas com a observância do princípio da subsidiariedade no Parlamento Europeu, facultou as seguintes definições para os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais:

- «**Pareceres fundamentados**» são documentos que assinalam a não conformidade de um projeto de ato legislativo com o princípio da subsidiariedade e que foram entregues ao Parlamento Europeu no prazo de oito semanas a que se refere o artigo 6.º do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa.
- «**Contributos**» designam qualquer outro documento apresentado que não preencha os critérios de parecer fundamentado acima referidos.

Documentos recebidos pelos parlamentos nacionais em 2014 e 2015					
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Pareceres fundamentados		Contributos	
		2014	2015	2014	2015
Áustria	Conselho Nacional	1	0	2	0
Áustria	Conselho Federal	5	0	0	3
Bélgica	Câmara dos Representantes	0	0	0	2
Bélgica	Senado	0	0	0	0
Bulgária	Parlamento	0	0	0	1
Croácia	Parlamento	0	0	1	1
Chipre	Parlamento	0	0	0	2
República Checa	Câmara dos Deputados	0	1	2	1
República Checa	Senado	1	1	10	6
Dinamarca	Parlamento	0	0	0	0
Estónia	Parlamento	0	0	0	0
Finlândia	Parlamento	0	0	0	1
França	Assembleia Nacional	0	0	2	6
França	Senado	1	0	0	1
Alemanha	Parlamento Federal	0	0	0	0
Alemanha	Conselho Federal	0	0	4	4
Grécia	Parlamento	0	0	0	0
Hungria	Parlamento	0	1	0	0
Irlanda	Câmara dos Lordes	0	0	1	1
Itália	Câmara dos Deputados	0	0	9	4
Itália	IT - Senado	0	0	32	13
Lituânia	Parlamento	1	0	1	0
Luxemburgo	Câmara dos Deputados I	1	0	1	1
Letónia	Parlamento	0	0	1	0
Malta	Câmara dos Representantes	0	0	1	0
Países Baixos	Segunda Câmara	1	1	1	1
Países Baixos	Primeira Câmara	0	0	0	0
Polónia	Parlamento	0	0	0	1
Polónia	Senado	0	0	4	1
Espanha	Assembleia da República	0	0	25	8
Roménia	Câmara dos Deputados	0	1	8	7
Roménia	Senado	0	0	0	5
Espanha	Cortes Gerais	0	1	31	10
Suécia	Parlamento	1	1	0	0
Eslovénia	Assembleia Nacional	0	0	0	0
Eslovénia	Conselho Nacional	0	0	0	0
Eslováquia	Parlamento	0	1	0	2
Reino Unido	Câmara dos Comuns	1	0	1	0
Reino Unido	Câmara dos Pares	0	0	1	0
GERAL		13	8	138	82

Este quadro indica apenas os documentos dos parlamentos nacionais que foram enviados em resposta a projetos de atos legislativos abrangidos pelo Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa. Não inclui observações escritas sobre documentos de consulta não legislativos, livros verdes ou livros brancos (o denominado «diálogo político informal»).

ANEXO V - Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2015 através de pedidos comparativos

2014

- Uso de dispositivos móveis e soluções de mobilidade (inquérito para *tablets*)
- Inquérito relativo ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional do pessoal de serviços com funções legislativas
- Regras relativas a contactos entre pessoal parlamentar e representantes de grupos de interesses/lobistas
- Legislação em matéria de representação de grupos de interesses/lóbi nos Estados-Membros da UE
- Interpretação em língua gestual nos eventos realizados no Parlamento

2015

- Declaração de interesses financeiros dos deputados ao PE em relação às atividades de advocacia
- Ação afirmativa/discriminação positiva nos parlamentos
- Organização e prática parlamentar relativamente à avaliação de impacto (*ex ante*) e (*ex post*)
- Aspectos especiais dos procedimentos aplicáveis aos pedidos de levantamento da imunidade parlamentar
- Indicadores-chave de desempenho nos parlamentos
- Escrutínio da declaração de interesses financeiros dos deputados ao PE e mecanismos de prevenção de conflitos de interesses
- Questões jurídicas associadas ao desenvolvimento da robótica e da inteligência artificial
- Execução do planeamento estratégico nos parlamentos
- Licença de maternidade para deputadas ao Parlamento
- Procedimentos dos parlamentos nacionais para avaliar o impacto dos projetos de lei nos direitos fundamentais
- Levantamento da imunidade parlamentar de um deputado ao Parlamento
- Assistentes parlamentares ao serviço individual de deputados: regras aplicáveis a situações de conflito e de assédio
- Questões jurídicas associadas ao desenvolvimento da robótica e da inteligência artificial (atualização)

B. Seminários e sessões estatutárias do CEIDP em 2014 e 2015

Ocorrência	Local	Data
Seminários em 2014		
Estruturas e procedimentos relacionados com o código de conduta dos deputados ao PE e a integridade do pessoal parlamentar	Skopje	8-9 de maio de 2014
Aumento da desigualdade de rendimentos e estabilidade democrática	Londres	5-6 de junho de 2014
Registos estenográficos: Hansard no século XXI	Liubliana	5-6 de junho de 2014
Do e-Parliament ao smart-Parliament: Como melhorar a participação dos cidadãos utilizando as tecnologias da Internet e as redes sociais? E como conciliar o Regimento parlamentar com a transparência e a	Roma	12-13 de junho de 2014

participação?		
O e-Parliament em ação: boas práticas em TIC, planeamento estratégico, segurança da informação, mobilidade e computação em nuvem	Podgorica	6-7 de novembro de 2014
Sessões estatutárias em 2014		
Reuniões do Comité Executivo	Berlim	27 -28 de março de 2014
Reuniões do Comité Executivo	Tallin	4-5 de setembro de 2014
Conferência Europeia dos Presidentes dos Parlamentos (e reunião dos Secretários-Gerais no CEIDP)	Oslo»	11-12 de setembro de 2014
Conferência Anual dos Correspondentes	Belgrado	16-18 de outubro de 2014
Seminários em 2015		
Comunicação, transição digital de processos e transparência nos parlamentos (Parli@ments on the Net XIII)	Bruxelas – Parlamento Europeu	16-17 de Abril de 2015
Algumas questões fulcrais para os parlamentos da Europa: política orçamental orientada para o aumento da responsabilização, segurança social e progresso tecnológico	Varsóvia	28-29 de maio de 2015
Participação pública no procedimento de redação e aprovação das leis	Zagreb	11-12 de junho de 2015
Bibliotecas e serviços de pesquisa ao serviço da abertura e da transparência do parlamento	Budapeste	24-25 de setembro de 2015
Características, vantagens e desvantagens dos sistemas parlamentares unicameral e bicameral	Haia	5-6 de novembro de 2015
e-Parliament - serviços de TIC em qualquer lugar e em qualquer momento: Novos desafios e projetos	Ancara	5-6 de novembro de 2015
Sessões estatutárias em 2015		
Reuniões do Comité Executivo	Roma	26 -27 de março de 2015
Reuniões do Comité Executivo	Estrasburgo	10-11 de setembro de 2015
Conferência Anual dos Correspondentes	Berna	10-17 de outubro de 2015

C. «Spotlight on Parliaments in Europe»

«Participation rights of MEPs in Sitings of National Parliaments» (Direitos de participação dos eurodeputados nas sessões plenárias dos parlamentos nacionais)

Spotlight n.º 1 - Outubro de 2014

«Review of stability and convergence programmes by national Parliaments within the framework of the European Semester» (Revisão dos programas de estabilidade e convergência pelos parlamentos nacionais no quadro do Semestre Europeu)

Spotlight n.º 2 - Novembro de 2014

«Control of the use of EU Structural Funds by national Parliaments» (Controlo da utilização dos fundos estruturais da UE pelos parlamentos nacionais»)

Spotlight n.º 3 - Janeiro de 2015

«The legal foundations for the participation of national Parliaments in EU matters» (As bases jurídicas para a participação dos parlamentos nacionais em matérias da UE)

Spotlight n.º 4 - Março de 2015

«Financial Assistance and Support Services for Asylum Seekers across the EU» (Serviços de apoio e assistência financeira para requerentes de asilo na UE)

Spotlight n.º 5 - Maio de 2015

«Parliamentary Scrutiny in the Area of Freedom, Security and Justice, specifically in that which concerns data protection» (Escrutínio parlamentar no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, especificamente no que se refere à proteção dos dados)
Spotlight n.º 6 - Junho de 2015

«List of Safe Countries of Origin under asylum laws in EU Member States» (Lista de países de origem seguros ao abrigo das leis de asilo nos Estados-Membros da UE)
Spotlight n.º 7 - Setembro de 2015

«Debates and activities in National Parliaments on the Transatlantic Trade and Investment Partnership between the EU and the US» (Debates e atividades nos parlamentos nacionais sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA)
Spotlight n.º 8 - Dezembro de 2015

PARLAMENTOS NACIONAIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE

Março 2016



eleição direta



eleição indireta / nomeação / outro

Belgique/België/ Belgien BÉLGICA Kamer van Volksvertegen- woordigers/ Chambre des Représentants/ Abgeordneten-kammer 150 Senaat - Sénat - Senat 60	България BULGÁRIA Народно Събрание (Narodno Sabranie) 240 Senát 81	Česká Republika REPÚBLICA CHECA Poslanecká Sněmovna 200 Senát 81	Danmark DINAMARCA Folketing 179
Deutschland ALEMANHA Deutscher Bundestag 630 Bundesrat 69	Eesti ESTÓNIA Riigikogu 101	Éire/Ireland IRLANDA Dáil Éireann 158 Seanad Éireann 60	Ελλάδα GRÉCIA Βουλή των Ελλήνων (Vouli Ton Ellinon) 300
España ESPANHA Congreso de los Diputados 350 Senado 208 58	France FRANÇA Assemblée nationale 577 Sénat 348	Hrvatska CROÁCIA Hrvatski Sabor 151	Italia ITÁLIA Camera dei Deputati 630 Senato della Repubblica 315 5
Κύπρος CHIPRE Βουλή των Αντιπροσώπων ¹ (Vouli Antiprosopon) 56	Latvija LETÓNIA Saeima 100	Lietuva LITUÂNIA Seimas 141	Luxembourg LUXEMBURGO Chambre des Députés 60
Magyarország HUNGRIA Országgyűlés 199	Malta MALTA Il-Kamra Tad-Deputati 69	Nederland PAÍSES BAIXOS Tweede Kamer 150 Eerste Kamer 75	Österreich ÁUSTRIA Nationalrat 183 Bundesrat 61
Polska POLÓNIA Sejm 460 Senat 100	Portugal PORTUGAL Assembleia da República 230	România ROMÉNIA Camera Deputatilor 379 Senat 168	Slovenija ESLOVÉNIA Državni Zbor 90 Državni Svet 40
Slovensko ESLOVÁQUIA Národná Rada 150	Suomi/ Finland FINLÂNDIA Eduskunta 200	Sverige SUÉCIA Riksdagen 349	United Kingdom REINO UNIDO House Of Commons 650 House Of Lords ² 815

Fontes: CERDP; fichas técnicas sobre os Parlamentos nacionais elaboradas pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu; base de dados Parline da UIP; pesquisa própria, 14/03/2016
¹ Estão reservados aos deputados da comunidade cipriota turca 24 lugares, mas, devido à situação política na ilha, não estão preenchidos | ² Número de membros elegíveis da Câmara dos Lordes, segundo os dados extraídos em 14/03/2016 do quadro dos membros que figura no site da Câmara dos Lordes.



RELNATPARL@EP.EUROPA.EU

WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL